

# Trisical Justiça

Ano 14/Número 48/Abril/Julho/2023

## Nova Diretoria assume o SINPROFAZ



### Frente Parlamentar Mista em Defesa da Advocacia Pública é lançada na Câmara Federal



### Comissão da AGU para Diálogo com Entidades Representativas da Advocacia Pública



Sindicato  
apresentou  
sugestões  
ao PL que  
trata da  
criação  
da carreira  
técnica na  
PGFN

### Respeito às diferenças



SINPROFAZ apoia Comitê de  
Diversidade e Inclusão da AGU





**21º Encontro Nacional  
dos Procuradores  
da Fazenda Nacional**

# **INSCREVA-SE**

**30 de novembro  
a 3 de dezembro de 2023**

**Club Med Rio das Pedras,  
Rio de Janeiro**

**Para efetuar a reserva,  
contate a agência  
Ambiental Turismo  
(11) 3818-4600**



**ACESSE O EDITAL  
E CONFIRA TODAS  
AS INFORMAÇÕES  
SOBRE O EVENTO**



Sindicato Nacional dos Procuradores  
da Fazenda Nacional



## NESTA EDIÇÃO

### Editorial

Posse da Diretoria do SINPROFAZ para o biênio 2023-2025

Criação da carreira de apoio é tratada na Comissão da AGU para Diálogo com Entidades Representativas da Advocacia Pública Federal

Transação tributária: mobilização no Congresso Nacional assegurou competências da Carreira

Com apoio do SINPROFAZ, Frente Parlamentar Mista atua em defesa da Advocacia Pública

Em reunião com o ministro da Previdência Social, Instituto Servir Brasil reivindicou melhorias para os servidores públicos

Fonacate lança campanha salarial de 2024

Em seccionais e no Conselho Federal da OAB, Procuradoras da Fazenda Nacional atuam em prol da Advocacia Pública e outras pautas

**Opinião** – Reflexões sobre a transação tributária na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – Por Rafael Colembergue

Na Escola Superior da AGU, SINPROFAZ prestigiou Aula Magna de curso sobre democracia e combate à desinformação

Marco histórico: AGU instala Comitê de Diversidade e Inclusão

**Política** – O desafio do governo Lula 3 – Por Antonio Augusto de Queiroz

Advocacia Pública recebeu homenagem do Conselho Federal da OAB

3

4

10

11

12

15

17

20

27

30

35

37

40



## EXPEDIENTE



## Diretoria do SINPROFAZ - Biênio 2023-2025

**Presidente**  
Iolanda Guindani

**Vice-Presidente**  
Ricardo de Lima Souza Queiroz

**Diretora Secretária**  
Luciane Helena Lúcio de Abreu

**Diretor Administrativo**  
Achilles Linhares de Campos Frias

**Diretora de Relações Intersindicais**  
Michelle Cavalcante Rodrigues da Cunha

**Diretor de Assuntos Profissionais e Estudos Técnicos**  
Guilherme Rossini Martins

**Diretora de Assuntos Parlamentares**  
Renata Valle de Vasconcellos

**Diretor Jurídico**  
Roberto Rodrigues de Oliveira

**Diretora de Comunicação Social**  
Ana Cristina Rodrigues Guimarães

**Diretor de Assuntos Relativos aos Aposentados e Serviços Assistenciais**  
Sérgio Luís de Souza Carneiro

**Diretora Cultural e de Eventos**  
Juçara Valadares Lopes Faria

**Diretor Suplente**  
Juscelino de Melo Ferreira

**Diretor Suplente**  
Giuliano Menezes Campos

**Diretor Suplente**  
Paulo Mariano Alves de Vasconcelos

**Diretor Suplente**  
Sergio Andrade de Carvalho Filho

SINPROFAZ – Sindicato Nacional dos Procuradores da Fazenda Nacional  
SCN – Quadra 06 – Shopping ID – Bloco A – Sala 404 – CEP 70716-900 – Brasília-DF  
Telefone: (61) 3964 1218  
E-mail: secretaria@sinprofaz.org.br

REVISTA JUSTIÇA FISCAL – Ano 14, n.º 48, abril/julho/2023

ISSN 2317-3750

Diretor de Redação: Achilles Frias

Editora e Jornalista Responsável: Lécia Viana (RP 2715/DF)

Projeto Gráfico e diagramação: F4 Comunicação Ltda.

Fotos: Taíse Borges (SINPROFAZ) – Paulo Negreiros – Arquivos Pessoais

Impressão: Gráfica Teixeira - Tel.: (61) 3336-4040

Tiragem: 3.800 exemplares

*Os artigos assinados são de inteira responsabilidade de seus autores e não constituem necessariamente a linha editorial da Revista.*





# Comprometimento com as lutas da Carreira será mantido nesta gestão

**É** com muita satisfação que damos início à condução do SINPROFAZ pelos próximos dois anos. Nossas sucessivas Diretorias têm mostrado o efetivo comprometimento do Sindicato com as demandas das Procuradoras e dos Procuradores da Fazenda Nacional, e assim continuará sendo.



As matérias aqui publicadas prestam contas dessa atuação, a exemplo da luta pela criação da carreira de apoio, que parece mais próxima a partir da elaboração, pela Advocacia-Geral da União, de minuta de projeto de lei com esse objetivo, tendo o SINPROFAZ contribuído com sugestões.

No mês de abril, a defesa da Advocacia Pública ganhou uma forte aliada com o lançamento da Frente Parlamentar Mista, coordenada pelo deputado federal Lafayette de Andrada (Republicanos-MG) e avalizada por mais de 200 parlamentares. O SINPROFAZ esteve presente no evento e ressaltou que a ausência de paridade entre as Funções Essenciais à Justiça não mais se justifica.

Também tivemos a honra de participar do lançamento do Comitê de Diversidade e Inclusão da AGU, iniciativa totalmente apoiada pelo SINPROFAZ e que surge da necessidade de se discutir mais profundamente essas questões e, como resultado, propiciar um ambiente mais humanizado e acolhedor na Instituição.

Reservamos ainda um espaço especial para ouvir as impressões e experiências de nossas Colegas Procuradoras que atuam em comissões de seccionais da Ordem dos Advogados do Brasil e no Conselho Federal da OAB. É um trabalho que certamente traz orgulho a toda a Carreira!

Lembramos que, neste segundo semestre, estamos empenhados na organização do nosso próximo Encontro Nacional. Com sua presença, o evento será um sucesso novamente!

A todas e todos, uma boa leitura!

**Iolanda Guindani**  
Presidente



## Nova Diretoria tomou posse em solenidade na sede da OAB Nacional



*Ricardo Queiroz, Luciane de Abreu, Michelle Cavalcante, Renata Valle, Achilles Frias, Giuliano Menezes, Iolanda Guindani, Sérgio Andrade, Juscelino de Melo Ferreira, Sérgio Carneiro, Juçara Valadares, Roberto Rodrigues e Paulo Mariano Vasconcelos*

A sede do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, em Brasília, DF, foi o local escolhido para a solenidade de posse da Diretoria 2023-2025 do SINPROFAZ, no dia 6 de julho. Na ocasião, compuseram a mesa de honra a presidente eleita, Iolanda Guindani; o ex-presidente e atual diretor, Achilles Frias; o Advogado-Geral da União, Jorge Messias; a Procuradora-Geral da Fazenda Nacional, Anelize Ruas; o secretário-geral da Presidência do Tribunal Superior Eleitoral, José Levi Mello; o assessor-chefe da Assessoria Consultiva do Tribunal Superior Eleitoral, Fabrício Da Soller; e a presidente da Comissão Nacional de Advocacia Pública do CFOAB, Maria Dionne de Araújo.

Em discurso de posse (*veja íntegra na página 7*), Iolanda Guindani ressaltou o desejo dos PFNs de – seja na gestão da dívida ativa da União, na consultoria ou na representação judicial e extrajudicial – colocar, a serviço



*Jorge Messias, Advogado-Geral da União*

do Brasil e dos brasileiros, os especializados conhecimentos que credenciaram os Membros da Carreira a integrar a Procuradoria da Fazenda Nacional. “A PGFN encaminha-se definitivamente para novos tempos de qualidade



e êxito e, nesse percurso, poderá contar com o auxílio do SINPROFAZ. Assim, as servidoras e os servidores do quadro técnico serão muito bem-vindos à Instituição, assim como os futuros Colegas aprovados no concurso público em andamento”, ressaltou a presidente.

A cerimônia foi oportunidade para que Achilles Frias proferisse o discurso de despedida da presidência do Sindicato. Aos presentes, o líder sindical ressaltou a necessidade de “depois de alguns mandatos à frente do SINPROFAZ, me afastar e trilhar novos caminhos. Hoje, aqui estou sobretudo para agradecer a todos os diretores e parceiros pela construção coletiva que se deu ao longo dessas gestões. À nossa nova presidente, querida amiga Iolanda Guindani, desejo todo o sucesso. Vida longa ao SINPROFAZ!”. Na ocasião da solenidade, Achilles Frias foi presenteado pela Diretoria com uma placa em agradecimento pela dedicação e pelos inestimáveis serviços prestados à Carreira.



*Achilles Frias, presidente na gestão anterior*

### Mesa de honra

A solenidade de posse foi prestigiada por filiadas, filiados e autoridades da Advocacia-Geral da União e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional. Ao discursar para o público do evento, o associado Jorge Messias cumprimentou os ex-presidentes do Sindicato e desejou à nova Diretoria uma gestão de muitas vitórias. “Presidente Iolanda Guindani, a senhora tem hoje a oportunidade de presidir o Sindicato de uma Carreira extremamente qualificada, unida, que trabalha dia e

noite em prol do país. Tenho certeza de que, sob sua liderança, o SINPROFAZ seguirá contribuindo para a construção de um Brasil mais justo”, afirmou o Advogado-Geral da União.

Anelize Ruas também fez um cumprimento especial à nova Diretoria. Segundo a chefe da PGFN, “para além das dificuldades que enfrentamos como Procuradoras, enfrentamos também a desigualdade de gênero e o desafio de estarmos inseridas em uma sociedade ainda



*Fabrício Da Soller, assessor do Tribunal Superior Eleitoral*



*Anelize Ruas, Procuradora-Geral da Fazenda Nacional*

machista e patriarcal. Por isso a felicidade de participar da posse dessa nova Diretoria, que tem à frente uma mulher e é composta por várias Colegas muito aguerridas”. No mesmo sentido, Fabrício Da Soller ressaltou a importância de celebrar a renovação: “Cumprimento a Diretoria da última gestão e, na pessoa da presidente Iolanda Guindani, desejo aos novos diretores um período muito auspicioso à frente do Sindicato!”.

Ao fazer uso da palavra, José Levi Mello felicitou os ex-presidentes do SINPROFAZ, que contribuíram de forma decisiva para tantas vitórias sindicais, e desejou êxito à nova gestora: “Conheço Iolanda Guindani desde antes de sermos PFNs e posso afirmar que ela foi sempre essa Colega do melhor trato. À nossa nova presidente, faço votos de muito sucesso!”. Maria Dionne de Araújo deu destaque ao trabalho desempenhado há mais de trinta anos pelo SINPROFAZ. Na ocasião de sua fala, a representante do Conselho Federal da OAB agradeceu o Sindicato “pela preocupação com as prerrogativas da Carreira e, sobretudo, pela defesa do efetivo exercício do papel dos PFNs no país”. ●



*José Levi Mello, secretário-geral da Presidência do TSE*



*Maria Dionne de Araújo, conselheira do CFOAB*



*Em sua despedida da presidência do SINPROFAZ, Achilles Frias foi homenageado pelos demais diretores*



# Iolanda Guindani: “O trabalho por novos avanços é contínuo e absolutamente necessário”

Amigas e Amigos,

Venho hoje, à presença das senhoras e dos senhores, para externar minha absoluta felicidade e falar da honra que é assumir esse novo desafio. Para além de um passo decisivo em minha carreira profissional, ocupar a presidência do SINPROFAZ é constatar algo maior: é perceber, com extrema alegria, que possuo o consentimento dos Colegas para liderar a luta sindical em defesa da Carreira. Amigos, essa confiança das senhoras e dos senhores é, sem dúvidas, o que mais me satisfaz. Meus sinceros agradecimentos pela oportunidade que hoje me concedem.

Na presidência do Sindicato Nacional dos Procuradores da Fazenda Nacional, daremos continuidade a um trabalho brilhante que, gestão após gestão, vem marcando a história do SINPROFAZ. Nesta oportunidade, faço um agradecimento especial a todos aqueles que me antecederam na liderança do Sindicato. Nas pessoas dos Presidentes aqui presentes – Doutores Achilles Frias, Heráclio Camargo, Allan Titonelli e João Carlos Souto –, meu muito obrigada pela absoluta dedicação, pelo espírito combativo e pela inquestionável lucidez com que conduziram o SINPROFAZ, possibilitando tamanhas vitórias. Se hoje os PFNs se encontram em um patamar inédito de valorização e reconhecimento, é porque pudemos contar com a excelência do trabalho dos senhores.

Neste momento, rendo também as merecidas homenagens a um dos mais estimados Membros da Carreira, que nos deixou no mês de junho do ano passado. Querido amigo Doutor José Ernane Brito, como gostaríamos de contar com sua companhia nesta data especial! Esta Diretoria renova o compromisso de manter sempre forte a lembrança de sua dedicação pelo SINPROFAZ e de sua admirável paixão pela família, pela Carreira e pela



PGFN. Nossas eternas saudades.

Colegas, o Sindicato Nacional dos Procuradores da Fazenda Nacional fez e ainda faz parte da história dos estimados ex-Presidentes mencionados. Da mesma forma, o SINPROFAZ já faz parte da minha história. Integro a Diretoria da entidade desde 2015, quando o Doutor Achilles Frias tomou posse para o primeiro mandato. Desde então, venho acompanhando de perto e participando ativamente das lutas sindicais em Brasília e em todo o país. Naquele ano de 2015, assistimos ao Movimento de Entrega de Cargos, que, liderado pelo SINPROFAZ, deu início a um novo

momento da Advocacia Pública Federal. A partir do Movimento, os PFNs e os demais Membros da Advocacia-Geral da União experimentaram um sentimento inédito de valorização, pertencimento e orgulho. O envolvimento da Carreira foi primordial para o sucesso daquela empreitada.

Tempo depois, alcançamos outra importante vitória. Com muito orgulho participei, no Congresso Nacional, das longas tratativas até a aprovação da Lei número 13.327 de 2016, que nos garantiu os honorários advocatícios. Hoje, graças a essas conquistas, integramos uma PGFN prestigiada, moderna e, mais do que nunca, essencial à máquina pública federal. Nosso espírito combativo, no entanto, não pode arrefecer: o trabalho por novos avanços é contínuo e absolutamente necessário. Por isso, Colegas, apresento-me, hoje, com o desejo de seguir, inabalável, rumo a novas vitórias para a Carreira. Estarei, sim, à frente do SINPROFAZ, mas somente porque terei ao lado as estimadas amigas e os estimados amigos que comigo compõem a nova Diretoria desta entidade. Represento um colegiado de pessoas extremamente qualificadas para a luta sindical. Por isso, peço a todos os presentes uma salva de palmas em homenagem às novas diretoras e aos novos diretores do SINPROFAZ!



*A nova presidente do Sindicato discursando aos membros da Mesa e convidados*

Colegas, neste momento do discurso, peço licença para me dirigir com afeto especial às Procuradoras da Fazenda Nacional, que, conforme o mais recente relatório *PGFN em Números*, compõem 44% da Carreira. Hoje, na mesa de honra, as PFNs são representadas pelas queridas Anelize Ruas, Procuradora-Geral da Fazenda Nacional, e Maria Dionne de Araújo, Presidente da Comissão Nacional de Advocacia Pública do Conselho Federal da OAB. A atuação de ambas vem dando enorme orgulho a nós, mulheres e integrantes da Carreira, e se soma a outros exemplos de força, determinação e liderança feminina que felizmente encontramos no dia a dia do trabalho. Entretanto, Colegas, nem sempre foi assim. Da mesma forma que em outros espaços da administração pública no Brasil e no mundo, as Procuradoras da Fazenda Nacional vêm, pouco a pouco, ocupando o devido lugar e revelando a excelência com que são capazes de desempenhar cargos de direção e chefia. Queridas Procuradoras da Fazenda Nacional, nosso desejo, na Presidência do SINPROFAZ, é de nos inspirarmos na luta das Colegas e de apresentarmos os resultados almejados pela Carreira. Mas nossa pretensão também é a de inspirar. Que ao final dos dois anos de mandato, nossa Diretoria, cuja maioria das pastas é ocupada por mulheres, possa ser reconhecida como exemplo de gestão eficaz, efetiva e eficiente, à altura das Procuradoras e dos Procuradores da Fazenda Nacional que, há mais de 30 anos, o SINPROFAZ representa. As Colegas podem confiar que, desta Presidente, não faltará apoio, amizade e compromisso com as causas que mais nos são caras.

Dirijo-me, agora, à totalidade de filiados e amigos, com atenção especial aos senhores presentes, que nos dão a honra de participar desta cerimônia. Quero, nesta oportuna solenidade, garantir, a todas e todos, nosso completo entusiasmo por atuar, em exclusiva dedicação, com vistas ao progresso da Carreira. Estamos absolutamente dispostos a trabalhar no Congresso Nacional, a dialogar com a Administração e a realizar a interlocução junto à sociedade, à imprensa e aos demais públicos relevantes. Sabemos que os desafios são muitos: a evolução da Procuradoria da Fazenda Nacional esbarra em questões como a insuficiência de servidores de apoio, a deficiência de sistemas, a sobrecarga de trabalho e o adoecimento físico e mental de Procuradoras e Procuradores. Permitam-me, Colegas, que eu me detenha brevemente nas questões que permeiam cada um desses temas.

Números recentemente divulgados pela Advocacia-Geral da União demonstram que a maioria dos servidores atualmente em exercício na AGU não pertence, de fato, à Instituição: 70% deles são oriundos de outros órgãos e empresas públicas da Administração, tendo sido requisitados para desempenhar as atividades de apoio essenciais ao funcionamento da Advocacia-Geral da União. Desta feita, merece reconhecimento a iniciativa da Instituição, liderada pelo nobre Colega Jorge Messias, de elaborar a minuta de um projeto de lei com vistas à criação e modelagem do novo quadro técnico da AGU, que inclui a PGFN. A criação da carreira de apoio, que por tantos anos vem sendo bandeira e motivo de luta do SINPROFAZ, pode



então se tornar, em breve, uma feliz realidade. Que essa conquista seja realmente efetivada na gestão do Colega Jorge Messias, que nos dá a honra de compor a mesa desta solenidade e de figurar no quadro de associados ao Sindicato.

A expectativa do SINPROFAZ é de que a Procuradoria da Fazenda Nacional atravessasse, nos próximos anos, uma verdadeira revolução tecnológica, com a relevância cada vez maior de *softwares* de inteligência artificial e ferramentas como o *blockchain*. Esta Diretoria deseja que o aprimoramento das soluções em tecnologia, aliado à estruturação da mencionada carreira técnica de apoio, seja determinante para a equalização e diminuição da sobrecarga de trabalho identificada na Instituição. O Diagnóstico de Saúde Mental e Qualidade de Vida e de Trabalho na PGFN, realizado de forma pioneira pelo SINPROFAZ, revelou que a sobrecarga está profundamente relacionada à insatisfação, à exaustão e ao adoecimento de Procuradoras e Procuradores da Fazenda Nacional. A sobrecarga se relaciona, ademais, com a realização de atividades meramente administrativas e impede, assim, o pleno exercício da Função Essencial da Advocacia Pública para a qual os Membros da Carreira tanto se prepararam ao longo da vida.

Seja na gestão da dívida ativa da União, na consultoria ou na representação judicial e extrajudicial, o desejo de todas e todos é o de colocar, a serviço do Brasil e dos brasileiros, os especializados conhecimentos que nos credenciaram para integrar a Procuradoria da Fazenda Nacional. Por todo o exposto, as servidoras e os servidores do quadro técnico serão muito bem-vindos à Instituição, assim como os futuros Colegas aprovados no concurso público em andamento. A PGFN encaminha-se definitivamente para novos tempos de qualidade e êxito e, nesse percurso, poderá contar com o auxílio do SINPROFAZ.

Senhoras e senhores, para findar este discurso de posse, gostaria tão somente de ressaltar: ao longo desses oito anos de atuação na Diretoria do Sindicato Nacional dos Procuradores da Fazenda Nacional, aprendi que, por mais gigantescos que possam parecer os obstáculos à frente, a atuação estratégica, política e coordenada do SINPROFAZ e da Carreira é e sempre será capaz de sobrepor as dificuldades e de encontrar as melhores soluções para os desafios. Prezados, conto, assim, com o apoio de todas e todos para que, juntos, sigamos com o trabalho coletivo, sinérgico e implacável em benefício da Carreira e da PGFN. Contem sempre com esta Presidente. Muito obrigada! ●

## NOTA

# Filiadas integram comitê voltado à Cidadania Fiscal para Mulheres

O SINPROFAZ parabeniza as filiadas Fernanda Cimbra Santiago e Regina Tamami Hirose, designadas para integrar o Comitê Gestor do Programa “Mulher Cidadã – Cidadania Fiscal para Mulheres”. No Comitê, Regina Hirose representa a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e Fernanda Santiago, a Secretária-Executiva do Ministério da Fazenda. O Sindicato e a Carreira têm absoluta confiança no trabalho de excelência que as filiadas realizarão junto aos demais membros do Comitê, tendo o interesse das mulheres brasileiras como o principal norte de atuação.

## Sobre o Programa

O Programa “Mulher Cidadã” foi instituído pelo Ministério da Fazenda por meio da Portaria n.º 26, de 24 de fevereiro de 2023. A partir de ações de orientação e capacitação, o Programa visa auxiliar mulheres a saírem da informalidade e a conquistarem autonomia financeira. As ações serão implementadas por meio de universidades parceiras, professores e alunos, que atuarão com conhecimentos técnicos, suporte e mentoria em educação fiscal, financeira, securitária e previdenciária. A proposta do Ministério é gerar um ciclo virtuoso de conhecimento e de ações efetivas que possibilitem a transformação social. ●

# Diálogo com Entidades Representativas da Advocacia Pública

No dia 22 de junho, foi realizada a primeira reunião da Comissão da AGU para Diálogo com Entidades Representativas da Advocacia Pública. O SINPROFAZ foi representado, na oportunidade, pelo então presidente Achilles Frias e pela presidente eleita Iolanda Guindani.

Promovido na sede da Instituição, em Brasília, DF, o encontro foi conduzido pela secretária-geral da Advocacia-Geral da União, Clarice Calixto, e teve como pauta a apresentação da minuta do projeto de lei que visa à criação e modelagem do novo quadro técnico da AGU, que inclui a PGFN.

Conforme demonstrado pela equipe da Advocacia-Geral da União, o fato de a AGU não possuir um quadro de carreira técnica estruturado faz com que a Instituição dependa de requisitados: atualmente, 70% dos servidores em exercício na Advocacia-Geral da União pertencem a outros órgãos e empresas públicas, especialmente à Infraero. A situação da ausência de apoio, ademais, tende a se agravar, haja vista a grande quantidade de servidores em condição de se aposentar em 2023 e nos próximos anos.

## Projeto de lei

A fim de impedir a completa interrupção de serviços no âmbito da Advocacia-Geral da União e minimizar a alta rotatividade de servidores, a equipe apresentou a minuta de um projeto de lei para criação e estruturação do Plano de Cargos e Carreira Técnica da AGU, incluída a PGFN. O referido Plano contempla a criação do cargo de analista técnico da Instituição, o qual será responsável pelas competências que destoam das atribuições próprias das carreiras jurídicas da AGU. *(A minuta do PL pode ser conferida no link: [bit.ly/PLdaCarreiraTecnica](https://bit.ly/PLdaCarreiraTecnica))*

Para aprimorar o projeto de lei, a Advocacia-Geral da União recebeu sugestões do SINPROFAZ, da Carreira e dos demais Membros da AGU. Segundo a equipe responsável, o intuito é que o projeto seja apresentado como substitutivo ao PL n.º 6.788/2017.

De acordo com Achilles Frias, que até então presidia também o Fórum Nacional da Advocacia



Achilles Frias, Clarice Calixto e Iolanda Guindani na primeira reunião da Comissão da AGU



Pública Federal, a criação da carreira técnica é tema de interesse comum das entidades, sendo a principal pauta do Sindicato e dos demais integrantes do FORVM: “Lutamos para a inclusão da PGFN na proposta sobre a carreira técnica da AGU e ficamos satisfeitos por termos sido contemplados, como não poderia deixar de ser. Agora, o SINPROFAZ e o FORVM estão à disposição para contribuir com o aperfeiçoamento do PL e com a tramitação do projeto no Congresso Nacional, de modo que o processo ocorra com a celeridade desejada pela Carreira”.

Em tempo, o presidente do SINPROFAZ elogiou a iniciativa de criação da Comissão de Diálogo com Entidades Representativas da Advocacia Pública, que funcionará como efetivo canal de comunicação entre a AGU e seus Membros. ●



# Mobilização vitoriosa

## *Competências da Carreira foram asseguradas no Congresso Nacional*

Em atuação coordenada com as lideranças da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e da Advocacia-Geral da União e com as demais entidades representativas da Advocacia Pública, o SINPROFAZ consolidou no início de julho uma importante vitória para a Carreira: o relator do

Projeto de Lei do Carf (PL n.º 2.384/23), deputado Beto Pereira (PSDB-MS), acatou a emenda de n.º 53, apresentada por Pedro Aihara (Patriota-MG). A emenda em questão previu a supressão do dispositivo que, no texto do projeto, tratava da competência para realizar a transação tributária.



*A PGFN Anelize Ruas, Iolanda Guindani e o adjunto João Grognet*



*Advogadas e Advogados Públicos e o deputado Lafayette de Andrada (Republicanos-MG)*

A vitória resultou do intenso trabalho do SINPROFAZ, que atuou nos bastidores do Congresso Nacional nos dias que antecederam a votação da matéria, em 7 de julho. Para convencimento dos parlamentares a respeito dos riscos decorrentes do art. 8.º do texto substitutivo, a presidente Iolanda Guindani e os diretores Achilles Frias e Sérgio Andrade visitaram em seus gabinetes os deputados Beto Pereira (PSDB-MS); Rui Falcão (PT-SP), presidente Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara; Cabo Gilberto Silva (PL-PB), Bohn Gass (PT-RS) e Gervásio Maia (PSB-PB). A mobilização recebeu ainda o apoio de vários filiados. ●



*Representantes da Advocacia Pública com o deputado Cabo Gilberto Silva (PL-PB)*



*Beto Pereira (PSDB-MS) e Advogados Públicos Federais*



*PFNs no gabinete do deputado Gervásio Maia (PSB-PB)*



# Lançamento da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Advocacia Pública

Realizado no dia 25 de abril, com apoio do Sindicato, o evento ocorreu no Salão Nobre da Câmara dos Deputados e contou com a presença de vários parlamentares, entre os quais o deputado federal Lafayette de Andrada (Republicanos-MG), coordenador da Frente. O SINPROFAZ foi representado pelo então presidente Achilles Frias, pela vice-presidente Iolanda Guindani e pelo diretor Sérgio Andrade.

Na qualidade de presidente do Sindicato e do Fórum Nacional da Advocacia Pública Federal, Achilles Frias foi convidado para discursar ao público do evento.

“A defesa da Advocacia Pública se faz importante na medida em que ainda estamos buscando a paridade de armas com as demais Funções Essenciais à Justiça. Essa ausência de paridade entre as Funções não se justifica mais. A Advocacia Pública está unida e não ficará novamente para trás nos projetos de lei ou nas propostas de emenda constitucional. Nossas prerrogativas merecem ser conquistadas, consolidadas e preservadas em benefício, principalmente, da sociedade brasileira que defendemos”, discursou Achilles Frias, que ganhou o apoio das Advogadas Públicas e dos Advogados Públicos presentes.

A Frente Parlamentar Mista em Defesa da Advocacia Pública tem o aval de mais de 200



*Achilles Frias discursando para o público do evento*

parlamentares, entre os quais os deputados Pedro Aihara (Patriota-MG), Bia Kicis (PL-DF), Túlio Gadêlha (Rede-PE), Wilson Santiago (Republicanos-PB) e Diego Garcia (Republicanos-PR), que compareceram à solenidade de lançamento e manifestaram admiração pelo trabalho desempenhado pelos Advogados Públicos. O evento também contou com a participação do vice-AGU, Flávio Roman; do vice-presidente nacional da OAB, Rafael Horn; da filiada e presidente da Comissão Nacional de Advocacia Pública do CFOAB, Maria Dionne Felipe; do presidente da OAB-DF, Délio Lins e Silva, entre outras autoridades.



*SINPROFAZ marcou presença no lançamento da Frente Parlamentar*



*Deputada Bia Kicis (PL-DF)*



*Deputado Túlio Gadêlha (Rede-PE)*



*Deputado Diego Garcia (Republicanos-PR)*



*Deputado Pedro Aihara (Patriotas-MG)*

### Confraternização

Organizada pela ANPPREV, a confraternização para comemorar o lançamento da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Advocacia Pública teve a presença dos dirigentes do SINPROFAZ Achilles Frias e Iolanda Guindani. O evento foi prestigiado pelo coordenador da Frente, o deputado federal Lafayette de Andrada (Republicanos-MG). Os deputados Diego Garcia (Republicanos-PR) e Ana Pimentel (PT-MG), apoiadores da criação da Frente, também participaram da confraternização.

Em discurso, Lafayette de Andrada ressaltou a satisfação pelo convite para liderar o movimento em prol de Advogadas Públicas e Advogados Públicos: “Quando fui convidado para presidir a Frente, deixei clara a importância da valorização da Advocacia Pública federal, estadual e municipal. Temos muito trabalho adiante e precisaremos da colaboração de todos. Mas tenho a certeza de que o espírito democrático orientará nossas



*Achilles Frias e Iolanda Guindani com o deputado Lafayette de Andrada*

ações. Este, para mim, é um dia de grande honra. Agradeço a todos. Que a nossa Frente proporcione resultados muito positivos para a Advocacia Pública!”

Conforme a ata de instalação, a Frente Parlamentar Mista em Defesa da Advocacia Pública tem como finalidades acompanhar e apoiar a atuação dos Advogados em todo o país, assim



como as políticas oficiais voltadas para a categoria; promover debates, seminários e outros eventos relacionados à atuação e às reivindicações da Advocacia Pública; e buscar o aperfeiçoamento da legislação relacionada à carreira e às atribuições dos Advogados, influenciando o processo legislativo a partir das comissões temáticas do Congresso Nacional. ●



*Deputado Diego Garcia (Republicanos-PR) e dirigentes associativos*



*Achilles Frias, Diego Garcia e Iolanda Guindani*



*Ana Pimentel (PT-MG) com o então presidente e a vice-presidente do SINPROFAZ*

## Coordenador da Frente Parlamentar reforçou compromisso com a Advocacia Pública

O então presidente Achilles Frias reuniu-se com o deputado federal Lafayette de Andrada (Republicanos-MG), coordenador da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Advocacia Pública. O encontro ocorreu no gabinete do parlamentar, na Câmara dos Deputados, no dia 18 de maio.

A reunião foi pautada por assuntos relacionados à valorização da Carreira e dos Membros da AGU como um todo. Na qualidade de presidente do Sindicato e do Fórum Nacional da Advocacia Pública Federal, Achilles Frias pleiteou a paridade de armas com as demais Funções Essenciais à Justiça. Segundo o dirigente sindical, as entidades do



FORVM trabalharão unidas para que as carreiras da AGU não sejam preteridas em eventuais projetos de lei e propostas de emenda à Constituição.

Em apoio ao pleito do presidente do SINPROFAZ, Lafayette de Andrada reforçou seu compromisso com a defesa da Advocacia Pública Federal. De acordo com o deputado, a Frente Parlamentar atuará para que os Membros da AGU possuam as mesmas prerrogativas das demais Funções Essenciais. Como presidente da Frente, Lafayette de Andrada trabalhará incansavelmente para que as carreiras da Advocacia-Geral da União alcancem os novos e desejados avanços. ●



# Melhorias para a previdência social dos servidores públicos



*Ministro Carlos Lupi (centro) com Iolanda Guindani e demais integrantes do Instituto Servir Brasil*

O SINPROFAZ, representado pela então vice-presidente Iolanda Guindani, participou de reunião entre o ministro da Previdência Social, Carlos Lupi, e o Instituto Servir Brasil, do qual o Sindicato faz parte. Ao encontro, promovido na sede do Ministério em Brasília, DF, no dia 9 de maio, compareceram o presidente da Frente Servir Brasil, deputado André Figueiredo (PDT-CE), e o secretário-geral, deputado Luiz Carlos Motta (PL-SP), relator da Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2024. O presidente do Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado (Fonacate), Rudinei Marques, também participou da reunião.

As entidades presentes apresentaram questões

relacionadas ao sistema previdenciário, a exemplo das dificuldades impostas pela emenda constitucional n.º 103/2019, da necessidade de melhorias na previdência complementar e da possibilidade de interrupção da cobrança de contribuição previdenciária dos inativos. Em atenção aos pleitos, Carlos Lupi se comprometeu a constituir um Grupo de Trabalho com vistas à discussão e promoção de melhorias para a previdência social dos servidores públicos. Segundo o ministro, “os servidores são a essência do Estado. Não há Estado sem servidores”.

## Sobre a Frente Servir Brasil

A Frente Parlamentar Mista em Defesa do Serviço Público (Frente Servir Brasil) foi lançada em setembro de 2019. No Congresso Nacional, seus membros vêm conduzindo discussões e medidas essenciais ao aprimoramento do serviço público. O Instituto Servir Brasil, por sua vez, é o braço operacional responsável por subsidiar a Frente com estudos e informações técnicas relativas ao serviço público nacional. A partir desse trabalho dentro e fora do Parlamento, a Frente e o Instituto atuam pela valorização do serviço público, indissociável da valorização dos servidores. Para saber mais, acesse: [www.servirbrasil.org.br](http://www.servirbrasil.org.br) •



## Reajuste salarial da administração federal

No dia 24 de março, o então presidente Achilles Frias e a vice-presidente Iolanda Guindani compareceram à reunião de consolidação do acordo entre governo federal e entidades representativas. Dentre os termos acordados, esteve o percentual de 9% para aumento salarial linear no âmbito da administração federal e o percentual de 43,6% para o auxílio-alimentação. Na oportunidade, o presidente do SINPROFAZ assinou o referido acordo, manifestando a anuência do Sindicato com relação aos termos negociados.

O evento contou com as presenças da ministra da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, Esther Dweck; do ministro da Secretaria-Geral da Presidência da República, Márcio Macêdo; da ministra da Saúde, Nísia Trindade, entre outras autoridades. O presidente do Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado (Fonacate), Rudinei Marques, e o secretário de Gestão de Pessoas e Relações de Trabalho do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, Sérgio Mendonça, principais responsáveis pelas negociações, também compareceram ao evento.

Em discurso, Rudinei Marques abordou a satisfação das entidades do Fonacate com a retomada do diálogo entre servidores e governo. De acordo com Marques, as tratativas ocorreram de modo célere e foram concluídas com uma recomposição esperada há seis anos pelos servidores federais. A partir de agora, segundo o presidente, os esforços do governo devem se concentrar na ampliação das mesas setoriais, no



*Dirigentes do SINPROFAZ com o presidente do Fonacate, Rudinei Marques*



*Integrantes do Fórum exibem cópia do acordo*

retorno, à folha de pagamento da União, dos dirigentes associativos licenciados e no fortalecimento das entidades sindicais, as quais são “vencionadas para a defesa da democracia”. ●





## Fonacate lança campanha salarial de 2024

**E**m evento com transmissão ao vivo pelo YouTube, no dia 20 de junho, lideranças de entidades representativas de carreiras do Executivo federal afiliadas ao Fonacate se reuniram para o lançamento oficial da campanha salarial do próximo ano.

De acordo com Rudinei Marques, presidente do Fórum, “o reajuste de 9% corrigiu parcialmente os salários e foi uma sinalização positiva do atual governo, mas, repito, foi uma correção parcial da perda acumulada pelo funcionalismo. A grande parcela de servidores públicos recebeu a última recomposição salarial em janeiro de 2017 e a inflação acumulada do IPCA, desde então, já ultrapassa os 35%. Se descontados os 9% concedidos em maio, ficamos ainda com uma perda que representa ¼ do nosso salário”.

O presidente do Fonacate destacou ainda o desafio que os servidores do Executivo têm pela frente. “Demos o pontapé inicial da campanha salarial para 2024. Iniciamos hoje a mobilização dos 1,2 milhão de servidores. Os servidores do Judiciário, Legislativo, MPU e DPU já têm reajustes garantidos em lei de 6%, em 2024, e mais 6%, em 2025. Para o Executivo federal, por ora, nada, nem sequer uma sinalização do governo federal. Então, nós próximos meses, temos que intensificar a pressão”, concluiu.

Além da demanda pela recomposição das perdas remuneratórias, a regulamentação da negociação coletiva, a data-base e a licença classista com ônus para a Administração Pública também integram a pauta reivindicatória do conjunto do funcionalismo. ●

## Ato de assinatura do Protocolo da Mesa Nacional de Negociação Permanente

O SINPROFAZ, representado pela presidente Iolanda Guindani, compareceu ao Ato de Assinatura do Protocolo da Mesa Nacional de Negociação Permanente. Realizado na Esplanada dos Ministérios, no dia 11 de julho, o evento contou com a presença da ministra da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, Esther Dweck; do chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, Márcio Macêdo; do ministro da Educação, Camilo Santana; da ministra da Saúde, Nísia Trindade; do ministro do Trabalho, Luiz Marinho; além de representantes do Ministério da Fazenda e da Previdência Social. As deputadas Alice Portugal (PCdoB-BA) e Erika Kokay (PT-DF) também prestigiaram o Ato de Assinatura. Em discurso aos presentes, Esther Dweck agradeceu às entidades pela parceria que resultou na elaboração conjunta do Protocolo assinado na ocasião. De acordo com a ministra, assuntos de relevância para as entidades terão espaço para discussão na Mesa.

### Protocolo

A democratização das relações de trabalho materializada no Protocolo da Mesa Nacio-



nal de Negociação Permanente tem amparo na Constituição da República, no Estatuto do Servidor Público Civil da União (Lei n.º 8.112) e nas Convenções da Organização Internacional do Trabalho. O Protocolo estabelece os princípios e as premissas que devem reger as relações funcionais e de trabalho no setor público, a fim de garantir espaço permanente, paritário, legítimo e democrático para a negociação coletiva. Coordenada pelo Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, a Mesa é formada pela bancada governamental e pela bancada sindical, a qual possui vinte representantes das entidades e centrais sindicais. ●



## Conexão entre novos gestores da PGFN e demandas da Carreira

Os dirigentes do SINPROFAZ Achilles Frias, Iolanda Guindani, Ricardo Queiroz e Paulo Mariano Vasconcelos estiveram reunidos com a Procuradora-Geral da Fazenda Nacional, Anelize Ruas, no dia 22 de março. Do encontro, promovido na sede da PGFN, em Brasília, DF, também participaram a Procuradora-Geral adjunta de Representação Judicial, Lana Borges, e o assessor especial da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, Manoel Tavares. A reunião entre filiadas e filiados ao SINPROFAZ possibilitou conectar os novos gestores da Procuradoria-Geral às principais demandas da Carreira, que diariamente chegam à Diretoria do Sindicato.

Ao longo do encontro, foram discutidas pautas pertinentes à Procuradoria da Fazenda Nacional na macro e na micro conjuntura da Instituição. Sobre o primeiro contexto, os dirigentes sindicais expuseram questões relacionadas, entre outras, à

efetividade da reforma tributária. Os ótimos resultados obtidos com a transação também foram ressaltados pelos representantes sindicais, que postularam o fim de práticas como a do Refis.

Quanto ao cenário interno, os dirigentes associativos abordaram assuntos de repercussão nacional e regional, a exemplo da sobrecarga de trabalho, da carência de servidores de apoio e da necessidade de uniformização das regras de remoção. Ao pautar o tema da regionalização, o SINPROFAZ destacou a importância da participação da base nas tomadas de decisões da Administração, haja vista que muitas deliberações provocam impactos profundos na rotina e na qualidade de vida das Procuradoras e dos Procuradores da Fazenda Nacional. O avanço das promoções também foi pleiteado pela Diretoria, que, junto da PGFN e da AGU, vem trabalhando para efetivar o direito dos Colegas. ●



*Paulo Mariano, Lana Borges, Anelize Ruas, Achilles Frias, Iolanda Guindani, Manoel Tavares e Ricardo Queiroz em reunião na PGFN*

## Secretaria Extraordinária para a Transformação do Estado

O diretor Sérgio Carneiro representou o SINPROFAZ na audiência com Francisco Gaetani, titular da Secretaria Extraordinária para a Transformação do Estado, da estrutura do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos. A reunião, realizada no dia 10 de abril, foi agendada pelo Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado (Fonacate) e contou com a presença de várias lideranças sindicais.

Questões como a realização de concursos públicos, a inovação representada pelo trabalho remoto, a formatação de planos de carreira e as dificuldades relativas às aposentadorias e ao benefício especial foram pautadas pelos dirigentes associativos. Tendo em conta a diversidade de temas, sugeriu-se a realização de audiências públicas.

Findada a reunião, Rudinei Marques, presidente do Fonacate, colocou o Fórum à disposição da Secretaria para a atuação conjunta com vistas à reestruturação do Estado e ao aprimoramento do serviço público. De acordo com Marques, as entidades e carreiras vinculadas ao Fonacate possuem distintas *expertises* capazes de colaborar com o trabalho do Ministério em benefício dos servidores e do país. ●



## Assembleia geral do Fonacate

Realizada no dia 17 de abril, em Brasília, DF, a reunião do Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado contou com a presença de dirigentes sindicais representantes de entidades do serviço público federal. O SINPROFAZ foi representado pela então vice-presidente Iolanda Guindani e pelo diretor Roberto Rodrigues.



Para abrir a assembleia, os presentes realizaram uma análise do contexto político nacional. Na avaliação do assessor parlamentar do Fonacate, Jorge Mizael, conflitos e alianças entre lideranças do Congresso demonstram que o governo não terá facilidade para articular e aprovar as propostas de seu interesse. Independentemente desse cenário, SINPROFAZ e Fonacate seguirão atuando no Parlamento.

A chamada “Lei Geral dos Concursos” também foi tema de debates na ocasião da assembleia. O projeto de lei n.º 2.258/2022, que aguarda a designação de relator para ser apreciado no Senado Federal, preocupa as entidades, para as quais o texto possui inconstitucionalidades e retrocessos. Atentos a essa e a outras pautas comuns, os dirigentes associativos definiram estratégias para atuação conjunta. ●

## Procuradoras da Fazenda Nacional ocupam relevantes espaços em seccionais e no Conselho Federal da OAB

*As PFNs filiadas ao SINPROFAZ Simone Anacleto, Jersilene Moura, Regina Hirose, Cláudia Trindade, Fernanda Cimbra Santiago e Omara Gusmão integram importantes comissões nas seccionais da Ordem dos Advogados do Brasil em seus Estados. E a Procuradora Maria Dione de Araújo é membro do Conselho Federal da OAB. A seguir, as Colegas relatam como tem sido essa experiência e quais os ganhos dessa atuação para as mulheres Advogadas, a Advocacia Pública e o conjunto da sociedade.*

### Simone Anacleto

Faço parte da Comissão de Advocacia Pública da OAB-RS desde 2007 (hoje é, inclusive, uma comissão permanente da OAB-RS, sob a sigla CPAP). Ingressei a convite do Procurador Federal, Dr. Arodi Lima, e permaneci desde então porque sempre entendi que a OAB poderia ser uma aliada da Advocacia Pública tanto na defesa das prerrogativas de seus membros, quanto na conquista de novos direitos, tal como a percepção de honorários advocatícios.



Penso que o tempo comprovou que minha percepção estava adequada, pois efetivamente a OAB tem sido uma grande parceira da Advocacia Pública. Claro que, como a OAB é integrada por muitos Advogados privados, eventualmente, surgem divergências internas, mas a atuação de Advogados Públicos a partir do interior da OAB ajuda a ‘equilibrar o jogo’. Por outro lado, a participação na Comissão de Advocacia Pública (hoje em caráter permanente) tem propiciado o contato com Advogados de outras esferas – estadual e municipais –, o que tem sido fonte de grande aprendizado para mim, pois as realidades dos entes federativos são muito díspares entre si.

Em resumo, gosto muito de fazer parte da CPAP, pela vivência muito rica que tem me proporcionado e pela certeza de que posso contribuir, também dessa forma, para o fortalecimento da Advocacia Pública. ■

*Procuradora da Fazenda Nacional. Membro da Comissão de Advocacia Pública da OAB-RS. Membro da Fundação Escola Superior de Direito Tributário (FESDT). Mestre em Direito do Estado pela UFRGS. Professora de Direito Tributário em cursos de especialização “lato sensu”*

### Jersilene Moura

Minha atuação na OAB surgiu, inicialmente, por um convite de um colega Advogado para compor sua chapa como Conselheira nas últimas eleições da OAB. A nossa chapa não saiu vencedora, mas serviu de experiência e aprendizado quanto à importância da OAB, seja para o Advogado privado, seja para o Advogado Público.



Alguns meses depois, veio o convite de um colega, membro da carreira de Advogado da União, para que eu fosse sua vice-presidente, durante sua gestão no ano de 2022, na Comissão da Advocacia Pública da OAB-DF. Naquele



mesmo ano fiquei responsável por organizar o II Seminário da CAP OAB-DF, ocasião em que mantive contato com vários juristas e foi uma experiência enriquecedora, na seleção e escolha dos temas para discussão, bem como na participação efetiva no evento.

Acredito que nós Advogados, tanto da área pública, quanto da área privada, como exercentes de uma função essencial à Justiça, precisamos nos apoiar na nossa função fundamental de representar bem nosso cliente. Apesar de estarmos diversas vezes em polos antagônicos, na essência, buscamos a realização do mesmo direito, para o qual a dialeticidade é fundamental.

Assim, entendo que a Advocacia Pública deve ocupar seu espaço dentro da OAB, contribuindo para as discussões de interesse da Advocacia como um todo. Por essa razão, aceitei o convite do Dr. Délio Lins e Silva Jr. para, neste ano de 2023, assumir a presidência da Comissão da Advocacia Pública da OAB-DF.

A Comissão conta hoje com 11 membros e nos reunimos ordinariamente uma vez por mês, sem prejuízo das eventuais reuniões extraordinárias e discussões via grupo do *WhatsApp*.

É um trabalho gratificante e não remunerado, que exige um bom esforço dos envolvidos, uma vez que é feito sem prejuízo das nossas atividades regulares como Advogados Públicos. Mas, por outro lado, podemos pensar e discutir melhorias voltadas para a Advocacia e realizar eventos jurídicos com a estrutura e o apoio da OAB-DF.

Neste ano, precisamente no dia 28 de agosto de 2023, teremos o nosso III Seminário da CAP, com o tema *Tecnologia e Inovação a serviço da Advocacia Pública e Privada*. Esperamos contar com a presença maciça dos colegas de Brasília, pois os painéis são bem atuais, com palestrantes experientes, que certamente contribuirão para o aprimoramento do nosso trabalho. ■

---

*Procuradora da Fazenda Nacional. Presidente da Comissão da Advocacia Pública Federal da OAB-DF. Mestranda em Direito pela FGV-SP. Mestre em Administração pela EBAPE-FGV e Membro do coletivo Tributos a Elas*

## Cláudia Trindade

Comecei como membro da Comissão da Advocacia Pública Federal e depois como conselheira na OAB seccional do DF.



A participação no sistema OAB foi muito importante para meu crescimento pessoal e contato com a realidade da classe dos Advogados.

A parceria da OAB na defesa das prerrogativas dos Advogados Públicos, como por exemplo a luta pelos honorários, tem sido determinante e indispensável.

A aproximação da Advocacia Pública com a Advocacia privada traz benefícios para a melhor prestação dos serviços públicos, posto que todos são essenciais à administração da Justiça. ■

---

*Procuradora da Fazenda Nacional desde 1993. Assessora Especial de Diversidade e Inclusão da AGU. Doutora em Direito Econômico e Financeiro (USP). Especialista em Direito Privado (UFPR) e em Administração Pública (FGV). Membro do coletivo Tributos a Elas e do grupo de Pesquisa da FGV Tributação e Gênero e do coletivo PFN de todas as Cores. Conselheira da OAB-DF*

## Fernanda Santiago

Integro a Comissão de Igualdade Racial da OAB-SP. Entendo que a OAB tem importante papel na consolidação da democracia e no aperfeiçoamento do Estado de Direito. Por isso, participar de um grupo que carrega uma mensagem antidiscriminatória racial dentro da OAB me parece bastante relevante.



É importante destacar que a estrutura hierarquizada da sociedade brasileira marcada a partir da raça se repete dentro do Direito, que é historicamente um ambiente elitizado e que tende a manter a liderança nas mãos do grupo tradicionalmente dominante. Como consequên-

cia, há uma invisibilidade das pessoas negras na Advocacia, o que conduz ao reforço dos vieses racistas no exercício da atividade, na composição dos escritórios e nas listas tríplexes de indicação para membros de tribunais.

Nesse sentido, a antidiscriminação deve ser institucionalizada como prática na OAB. Considerando o caráter sistêmico da discriminação, seu enfrentamento deve ser cotidiano e naturalizado.

Assim que espero contribuir naquele ambiente, promovendo debates que alcancem mudanças institucionais necessárias para a consolidação do Estado Democrático. ■

*Procuradora da Fazenda Nacional. Assessora especial do Ministro da Fazenda. Especialista em Direito Público e Direito de Estado. Mestranda em Direitos Humanos (USP). Representante eleita da PGFN no Conselho Superior da AGU. Membro da Comissão de Igualdade Racial da OAB-SP. Coidealizadora do grupo não institucional PFNs de Todas as Cores*

## Regina Hirose

**A** Advocacia Pública está expressamente prevista na Constituição Federal, especificamente no capítulo das Funções Essenciais à Justiça (artigo 131), exercendo papel fundamental na defesa da ordem jurídica e da democracia.



Alguns anos atrás, ao participar de reuniões da Comissão de Advocacia Pública, percebi que havia um espaço de alta relevância a ser ocupado por mais integrantes da Advocacia Pública no âmbito da OAB-SP.

Nesse contexto, levando em consideração a experiência vivenciada nos honrosos postos de delegada sindical e de diretora do SINPROFAZ, passei a integrar a Comissão de Advocacia Pública e, de forma progressiva, passei a atuar em conjunto com outros empenhados colegas para o crescente fortalecimento da Advocacia Pública.

Portanto, nesse horizonte, o que me motivou a

participar da Comissão foram os genuínos e firmes propósitos de: (i) conquistar e consolidar importante espaço de diálogo, interação e integração no âmbito da OAB-SP e (ii) promover, em conjunto com outros colegas do Estado de São Paulo, o crescente fortalecimento e a progressiva valorização da Advocacia Pública, divulgando e reverberando as essenciais missões e as relevantes atividades desempenhadas por seus membros em conformidade com os ditames constitucionais e legais.

Indubitavelmente, ocorreram importantes avanços nos últimos anos e, de forma paulatina, está havendo a consolidação da CAP-OAB-SP como um ambiente democrático em que se buscam encaminhamentos e soluções viáveis aos diversos problemas e entraves que surgem no exercício da Advocacia Pública. Além disso, a CAP tem se consolidado como um espaço aberto em que, num processo constante de aprimoramento, há empenho coletivo para que seja mantida uma agenda propositiva, inovadora e dinâmica que prestigie a Advocacia Pública de todas as esferas e projeções.

A participação na CAP é bem enriquecedora e tem gerado bons frutos coletivos.

Atualmente, a CAP é respeitada e os seus integrantes, entre outras iniciativas, costumam realizar: (i) eventos em conjunto com outras Comissões da OAB-SP; (ii) seminários e congressos jurídicos com temas instigantes e inovadores do mundo contemporâneo e (iii) publicação de obras coletivas com linhas temáticas que tenham o condão de despertar o interesse de membros de carreiras públicas e a atenção de leitores de diversos segmentos da sociedade brasileira.

Tive a honra de participar de seminários promovidos pela CAP e também do *Programa Ordem do Dia*, veiculado pela TV Cultura em parceria com a OAB-SP, especialmente no episódio dedicado a divulgar o relevante papel da Advocacia Pública no contexto nacional.

Em 2018, ao lado do gabaritado e atuante presidente Carlos Mourão, tive a oportunidade de organizar a obra coletiva *Advocacia Pública Contemporânea – Desafios da Defesa do Estado*, publicada pela Editora Fórum.

Em 2023, novamente em parceria com o presidente Carlos Mourão, estou organizando

a obra coletiva *A Advocacia Pública e a Defesa da Humanidade*, contando com preciosas contribuições dos integrantes da Comissão de Advocacia Pública. ■

---

*Procuradora da Fazenda Nacional. Membro da Comissão de Advocacia Pública da OAB-SP. Mestre em Direito Constitucional e em Direito Internacional pela PUC-SP. Mestre – Master Iberoamericano em Políticas Anticorrupção pela Universidade de Salamanca (Espanha)*

## Maria Dionne de Araújo Felipe

Foi em fevereiro de 1983, há quarenta anos, que recebi a minha carteira de Advogada. Naquele momento, a Ordem dos Advogados do Brasil passou a fazer parte da minha vida. Eu ainda morava em Fortaleza. Em junho, ao chegar em Brasília, lembro



a primeira vez que estive na OAB para transferir a minha identidade profissional. Naquela época, sem a facilidade da era digital, tudo era presencial. Entrei naquele prédio que me parecia suntuoso e pensei que gostaria de fazer parte daquela história.

Alguns meses depois, numa segunda-feira, dia 24 de outubro de 1983, participei de um Seminário na sede da OAB. Eu tinha 21 anos. Na madrugada seguinte, a sede da OAB foi invadida pela polícia do General Newton Cruz com ordem de interdição. Foi um momento doloroso para a história da OAB. Muitos sentimentos envolvidos, inclusive de perplexidade. O Distrito Federal vivia “medidas de emergência”. Tempos difíceis em que a democracia não fazia parte da pauta. Quando veio a ordem de desinterdição, o Presidente da OAB, seus Conselheiros, a Advocacia brasiliense saíram abraçados cantando o Hino Nacional. Foi um momento marcante na minha vida de jovem Advogada. Naquele dia eu resolvi abraçar a OAB.

Quando fui nomeada Procuradora da Fazenda Nacional, não era comum um Advogado Público nos braços da OAB. Era como se fôssemos apenas servidores públicos e não Advogados de Estado e membros da Advocacia. Ainda assim, a veia

de Advogada me fez participar da Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil no Distrito Federal, e lá exerci diversos cargos como Conselheira Seccional eleita, Presidente do Tribunal de Ética e Disciplina, Presidente da Comissão de Estágio e Exame de Ordem, dentre outros.

E acompanhei, com alegria, a partir de 2007, a criação da Comissão Nacional de Advocacia Pública no Conselho Federal da OAB. Estávamos efetivamente inseridos no âmbito do Conselho Federal. E não era sem tempo. A OAB sempre foi a casa da Advocacia, seja ela pública ou privada.

Isso porque o artigo 133 da Constituição Federal dispõe que “O advogado é indispensável à administração da Justiça, sendo inviolável por seus atos e manifestações no exercício da profissão, nos limites da lei”.

Tal dispositivo é aplicável aos Advogados Públicos, já que estes, a par de serem agentes públicos, não deixam de ser Advogados.

Nesse sentido, aliás, o Estatuto da OAB (Lei n.º 8.906 de 04/07/1994), no § 1.º do seu artigo 3.º, estabelece que “exercem atividade de advocacia, sujeitando-se ao regime desta lei, além do regime próprio a que se subordinam, os integrantes da Advocacia Geral da União, da Procuradoria da Fazenda Nacional, da Defensoria Pública e das Procuradorias e consultorias jurídicas dos Estados e do Distrito Federal, dos Municípios e das respectivas entidades de administração indireta e fundacional”.

Hoje, presido a Comissão Nacional de Advocacia Pública com muito orgulho, sempre preocupada com o respeito as nossas prerrogativas. Entendo que a Advocacia tem compromisso social e tem uma função que extrapola sua condição profissional e de defesa de interesses particulares. Isso porque, além de indispensável à administração da Justiça, a Advocacia é defensora do Estado Democrático de Direito, da cidadania, da justiça e da paz social. Subordinada a atividade do seu ministério à elevada função pública que exerce. ■

---

*Advogada atuando em Tribunais Superiores. Procuradora da Fazenda Nacional aposentada. Conselheira Federal da OAB. Presidente da Comissão Nacional da Advocacia Pública. Pós-Graduada em Integração Econômica e Direito Internacional Fiscal (curso promovido pela União Europeia e ESAF, certificado pela Fundação Getúlio Vargas). Pós-Graduada em Administração Pública-CIPAD (FGV)*



## Omara Gusmão

Particpei de duas eleições da OAB concorrendo ao cargo de Vice-Presidente. Fui Conselheira Federal no triênio 2001 a 2003. Neste triênio de 2022 a 2024, exerço o cargo de Secretária-Geral e Vice-Presidente da Comissão da Mulher Advogada da OAB-AM.



Exerço a Advocacia há mais de 33 anos, dos quais 30 foram dedicados à Advocacia Pública. Sempre entendi que não poderíamos abrir mão de integrar, igualmente, uma instituição forte, prestigiada e que historicamente sempre esteve à frente dos movimentos sociais e pela democracia como a OAB. Com isso, a Advocacia Pública também estaria fortalecida.

De outra forma, sempre me senti integrante de uma Advocacia sem divisões e apta a re-

presentar meus colegas Advogados (públicos e privados) e por eles buscar as melhorias de que a carreira necessita, inclusive no tocante às suas prerrogativas.

É sempre gratificante poder colaborar com uma gestão atuante, que tem buscado dar todo o suporte bem como melhorias para a Advocacia amazonense.

Como integrante e Vice-Presidente da Comissão da Mulher Advogada da OAB-AM, estou honrada em poder representar a Advocacia feminina e, por meio da OAB, dar voz a todas as mulheres, em especial àquelas em estado de vulnerabilidade, por meio das atividades e dos serviços prestados pela Comissão. ■

*Advogada tributarista. Graduada em Administração e em Direito pela UFAM e mestre em Direito Público pela UFPE. Ingressou no serviço público no Tribunal de Contas do Estado do Amazonas. Foi Procuradora-chefe da PGFN no mesmo Estado. Está atualmente aposentada, mas continua exercendo a Advocacia tributária, agora na seara privada*

## Carreira perdeu neste ano dois estimados Colegas

O SINPROFAZ presta homenagem póstuma aos Colegas Marcelo Formento Aguiar e Cid Heráclito de Queiroz. Marcelo Formento faleceu no dia 19 de janeiro, aos 73 anos, em resultado de uma queda. Ele ingressou na Procuradoria da Fazenda Nacional no concurso de 1983 e estava aposentado desde 2010.

O também aposentado Ernesto Seixas relembra com carinho a convivência com Marcelo Formento Aguiar. “Embora fosse uma pessoa reservada, ele era um amigo muito fiel. Posso dizer que meu ingresso na Procuradoria ocorreu muito pelo estímulo que ele me deu para fazer o concurso. O Marcelo sempre trabalhou na antiga Procuradoria Patrimonial, que era o setor da PGFN no Rio de Janeiro incumbido de emitir pareceres jurídicos e administrativos em relação a questões de terras da União, questões de foro, laudêmio etc. Me lembro que ele foi, por um período, Procurador-chefe substituto da PFN no Rio de Janeiro, quando o titular era o dr. Cláudio Brant. Mais tarde, com a extinção da Procuradoria Patrimonial (que nessa época já era

chamada de Divisão Patrimonial – DIAPA), ele foi transferido para a Divisão da Defesa, onde trabalhou até se aposentar.”

Quem confirma essas informações é a Colega aposentada Maria Luíza Mendonça, outra amiga próxima que Marcelo Formento Aguiar teve na PFN-RJ. Ernesto Seixas destaca ainda a conhecida disciplina e dedicação do ex-PFN ao trabalho, assim como o constante cuidado com a saúde.

### Cid Heráclito de Queiroz

Ex-Procurador-Geral da Fazenda Nacional, Cid Heráclito de Queiroz faleceu no dia 5 de abril. O Colega liderou a PGFN no período de março de 1979 a maio de 1991. Em 2001, publicou a obra *A lei de responsabilidade fiscal no contexto da reforma do Estado*, tendo sido um dos responsáveis pela criação da Lei de Responsabilidade Fiscal. Cid Heráclito de Queiroz era pai do deputado federal Marcelo Queiroz (PP-RJ). Pelo relevante trabalho prestado à Instituição e ao país, o Sindicato registra essa singela homenagem. ●

## Retomada das discussões sobre a reforma Administrativa

Esse foi um dos pontos em destaque na assembleia geral do Fonacate ocorrida em maio, na qual o SINPROFAZ foi representado pela então vice-presidente Iolanda Guindani. Realizada na sede do Fórum, em Brasília, DF, a reunião possibilitou debates a respeito de pautas importantes para o funcionalismo, a exemplo das normas gerais para negociação coletiva e para exercício do direito de greve no setor público.

Propostas alternativas à PEC n.º 32/2020, relacionada à reforma Administrativa, também foram discutidas na ocasião. Segundo o presidente do Fonacate, Rudinei Marques, o governo está elaborando projetos para substituir a PEC. Por isso, o Fórum irá reiterar, junto ao Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, os pedidos de inclusão do Fonacate nos debates, de modo que as entidades possam atuar para garantir os direitos dos servidores públicos e os avanços esperados pela população. ●



## Grupo de trabalho para regulamentação da PNDD

No dia 17 de março, representado pelo então presidente Achilles Frias, o SINPROFAZ participou de reunião do grupo de trabalho criado pela AGU para discussão do tema “Democracia e Representação de Agentes Públicos”. O GT é um dos responsáveis pela proposição das ideias e soluções que deverão nortear a regulamentação da Procuradoria Nacional de Defesa da Democracia (PNDD). Junto de outras entidades representativas, o Sindicato foi convidado a compor o grupo e contribuir com pontos de vista a respeito da atuação do novo órgão da Advocacia-Geral da União.

Ao fazer uso da palavra, Achilles Frias ressaltou a disposição, do Sindicato e da Carreira, em colaborar com debates sobre a defesa da democracia no país. O presidente também destacou o entusiasmo do SINPROFAZ com o anúncio da criação da PNDD feito por Jorge Messias na ocasião da posse como Advogado-Geral da União. “Lembro-me que, após o anúncio, a criação da PNDD foi questionada por setores da sociedade. A gravidade dos atos terroristas do dia 8 de janeiro, no entanto, deixou evidente a necessidade e a importância da atuação da AGU nessa frente de defesa democrática”, afirmou Achilles Frias. ●



## Diretoria atuante e atenta às questões da Carreira

**A**s demandas da Carreira, o cenário político e a atuação estratégica do SINPROFAZ pautaram os debates realizados pela Diretoria do Sindicato no dia 24 de março.

Ao longo do encontro, que reuniu diretores e delegados sindicais em Brasília, DF, os presentes abordaram as expectativas para o ano, tendo em vista as novas gestões no governo federal, na AGU e na PGFN. A atuação sindical perante o Parlamento e o trabalho em torno das ações judiciais de interesse dos PFNs também foram destacados.

Na oportunidade, os delegados levaram à Diretoria os pleitos da Carreira característicos de cada Região. Entre os desafios apontados, estiveram a ausência de servidores de apoio, a imposição de atividades meramente administrativas e, como consequência das dificuldades, a sobrecarga de trabalho.

A reunião também contou com a presença do psicólogo Cristiano Costa, que apresentou ações colocadas em prática no âmbito do Projeto do SINPROFAZ de Saúde Mental e Qualidade de Vida na PFN. ●



## Primeiros meses da nova administração federal



A Diretoria do SINPROFAZ voltou a se reunir em março, em Brasília, DF. Os debates pautados para o encontro foram iniciados com relatos do então presidente do Sindicato, Achilles Frias, a respeito de reuniões realizadas com Colegas da Advocacia-Geral da União e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

A partir das narrativas, diretoras e diretores fizeram uma análise dos primeiros meses da nova administração federal. Questões relacionadas à defesa de prerrogativas da Carreira e temas políticos, como o trabalho nos bastidores do Congresso Nacional, também foram discutidos. Atenta às pautas de interesse dos filiados, a Diretoria debateu medidas para atuação estratégica. ●

# Reflexões sobre a transação tributária na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

Rafael Colembertgue\*

Em que pese sua previsão no artigo 156, III, do Código Tributário Nacional, desde o ano de 1966, a transação tributária demorou a ser implementada no Brasil. Os princípios da irrenunciabilidade do crédito tributário e da supremacia do interesse público sempre tiveram presença demasiada nas discussões. Propostas práticas sobre o tema surgiam quase natimortas, por conta do conservadorismo com o qual a maior parte do meio acadêmico, jurídico e político lidava com a questão. Somente com publicação da Medida Provisória n.º 899/2019, convertida na Lei n.º 13.988/2020, e suas posteriores regulamentações, o instituto de fato passou a ser efetivo no país. Sem dúvidas, tratou-se de um passo de coragem.

O sistema tributário brasileiro normalmente é caracterizado por sua complexidade, desequilíbrio e burocracia excessiva. A metodologia de cobrança forçada dos tributos, ademais, por muitos anos, esteve centrada na judicialização, através da Execução Fiscal (Lei n.º 6.830/1980). E a resolução das naturais divergências entre Fisco e contribuintes ainda é, na maioria dos casos, feita de forma litigiosa.

No entanto, inspirado no exemplo norteamericano, o Brasil acabou criando um sistema transacional ousado, aberto, com amplas possibilidades a serem exploradas de forma administrativa, ao mesmo tempo em que busca ter rigor técnico, critério e segurança na interpretação e aplicação do procedimento.

## Vantagens e benefícios

Hoje, com mais de 3 anos de utilização, os resultados da transação tributária já podem ser sentidos. A PGFN, por exemplo – de acordo com o PGFN em Números 2023 –, no ano de 2021 teve arrecadação total de 32.7 bilhões de reais, valor que em 2022 passou para quase 40 bilhões



de reais. Mais de 14 bilhões, ou seja, 36% dos recebimentos, são oriundos de transações tributárias. Ao todo, os acordos representaram a regularização de 404,3 bilhões até o final do ano passado.

Mas, não bastassem os efeitos financeiros positivos ao erário, a atividade negocial representou uma quebra de paradigma em outros aspectos talvez ainda mais importantes do que a arrecadação em si. Como as tratativas levam em conta as diferentes capacidades de pagamento dos devedores da União, a partir da situação econômico-financeira de cada um, há uma real implementação do princípio da igualdade substancial no âmbito tributário. Isso porque os descontos aplicáveis são individualizados, assim como o uso de determinados créditos, como os decorrentes de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa de CSLL. Quanto mais delicada a situação do cidadão, empresa ou grupo, mais abatimentos podem incidir sobre os débitos, considerando-se diversos outros fatores.

Outra questão essencial é a condição que o instrumento tem de resolver pendências tributárias fora do poder Judiciário. Isso se traduz em redução de prazos e custos, o que torna a dinâmica de cobranças e discussões muito mais eficiente, inclusive possibilitando um diálogo mais direto e empático entre as partes.

Além disso, a depender do cenário econômico, político e social do país, podem ser elaboradas diferentes modalidades de transação, como ocorreu recentemente durante e após a pandemia da covid-19, a exemplo das Portarias PGFN n.º 9.924/2020, n.º 1.696/2021 e n.º 214/2022. Tais benefícios puderam ser alcançados por mera adesão, dentro do site Regularize, de forma muito simplificada. Certamente, isso conduziu à subsistência de muitas empresas e, conseqüentemente, ajudou a manter empregos, arrecadação e até mesmo a saúde mental de muitos trabalhadores e



empresários, bem como das suas famílias.

A transação também tem se mostrado apta a corrigir os nefastos problemas causados pelo excesso de parcelamentos especiais que vinham sendo editados pelo menos desde o ano 2000 (Refis). Muitos contribuintes passaram a contar com um verdadeiro calendário de parcelamentos e perdões tributários, deixando de pagar tributos correntes, capitalizando os caixas de suas empresas, esperando benefícios fiscais que sempre chegavam. Como é fácil perceber, tal prática trazia diversos problemas, sobretudo o prejuízo à livre concorrência e o próprio aviltamento da busca pelo primado da justiça fiscal.

### **Desafios e necessidades**

A cultura do Direito Tributário brasileiro sempre foi fundamentada no litígio, e alterar esse mecanismo parece-nos o maior desafio a todos os operadores e estudiosos da área. Muitas vezes, na lida cotidiana das negociações, é perceptível que alguns profissionais ainda entendem como importante o embate, quando na realidade a solução dos problemas passa pela negociação, cooperação e transparência. Não se muda uma cultura de um dia para o outro, mas à medida em que vão sendo apresentadas soluções relevantes para complexos e vultuosos casos, tende a aumentar a compreensão sobre a necessidade de se enfrentar algumas controvérsias de forma diferente.

A PGFN claramente vem tomando a frente do processo de desenvolvimento da transação no Brasil. Além da participação ativa nas discussões sobre a legislação e edição de atos administrativos, tem sido presença constante em debates, conferências, congressos e afins. Nessas situações, duas questões chamam a atenção: por um lado, a aceitação e otimismo geral sobre a transação; de outro, a premência de fortalecimento do corpo institucional frente aos novos e crescentes desafios.

Como mencionado, a atuação em atividades de cunho negocial demanda uma alteração de comportamento. São necessárias algumas características que nem sempre foram tão importantes nas atividades até então desenvolvidas no âmbito da PGFN. Não basta o conhecimento jurídico. É imperioso que os membros da Instituição busquem aprimorar técnicas de diálogo, inteligência

emocional, persuasão e até mesmo resiliência, pois nem sempre as conversações tramitam como se desejaria.

Além disso, a demanda por transações é crescente, o tema é novo e está em constante atualização regulatória, sendo essencial que as equipes sejam reforçadas. Há esforço institucional, mas o número de Procuradores(as) da Fazenda (PFNs) sequer está perto do ideal. É necessário incremento prioritário das equipes, tanto com profissionais oriundos do atual concurso público (Edital 1 – PFN de 26/12/2022), como por PFNs já atuantes em outras áreas da Instituição.

Talvez ainda mais importante e urgente do que a contratação de Advogados Públicos seja a aprovação do projeto de lei (PL) que dispõe sobre a criação e estruturação do plano de cargos e carreira técnica da Advocacia-Geral da União. Além de criar cargos de Analista Técnico, de nível superior, trata de reorganizações de pessoal para as equipes hoje atuantes na Instituição.

No âmbito da transação, é essencial a contratação de profissionais de áreas fora do Direito, especialmente contabilidade, economia, gestão de dados e outros. São inúmeras informações a analisar, interpretar e considerar nas negociações, pois os descontos, parcelamentos e uso de outros benefícios demandam uma aferição individualizada de cada situação. Agregue-se a isso as altíssimas quantias tratadas, comumente superando centenas de milhões de reais em um único caso. É clara a necessidade de tratamento multidisciplinar, elevando a segurança jurídica aos envolvidos e possibilitando a prestação de um bom serviço público.

A transação tributária surge, portanto, com um viés duplice. Há a busca da preservação das empresas em dificuldades econômicas, considerando sua função social e papel no desenvolvimento econômico do país. E também a procura de incrementar a arrecadação de recursos para execução de políticas públicas, com o recebimento dos créditos que seriam de difícil recuperação ou irrecuperáveis.

O grande objetivo deve ser manter o equilíbrio entre a aplicação da transação tributária, nas suas condições particulares, com a essencial firmeza e força persuasiva do Estado na cobrança dos tributos e no combate à sonegação fiscal. Não há

economia eficiente, muito menos sociedade calçada em pilares – ainda que mínimos – de equidade e justiça social, sem um poder público atuante nas garantias de cumprimento das obrigações das empresas e cidadãos.

Ademais, é necessário ter clareza acerca das atribuições para a realização de acordos. Não se pode confundir as figuras responsáveis pela própria constituição do crédito tributário e fiscalização dos contribuintes com quem tem a atribuição de cobrança dos créditos. Recai sobre estes a missão de eventualmente negociar, considerando as baixas expectativas de recuperação de valores e para a resolução de litígios. Permitir atribuições sobrepostas, confundindo a própria lógica do processo tributário federal, traria com-

plicações não somente de ordem prática perante os contribuintes, mas também de ordem legal e constitucional.

Portanto, o fortalecimento da PGFN é medida impositiva para a continuidade do sucesso do instituto. Urge que sejam tomadas as devidas providências no âmbito da atuação política, principalmente para a busca da aprovação do PL da carreira de apoio da AGU. Cabe, agora, zelar para que não se criem distorções e que sejam fomentadas a arrecadação e o desenvolvimento da atividade econômica, com benefícios à coletividade. ●

*\*Procurador da Fazenda Nacional.  
Integrante da Equipe Regional de Transação  
Individual da 4.ª Região (ERTRA)*

## EVENTO

# XXI Congresso de Direito Tributário em Questão

O SINPROFAZ, representado pelo então presidente Achilles Frias e pela presidente eleita Iolanda Guindani, compareceu ao *XXI Congresso de Direito Tributário em Questão*. Realizado de 30 de junho a 2 de julho em Gramado, RS, o evento promoveu debates sobre assuntos pertinentes à Carreira, a exemplo da reforma tributária, que foi tema da mesa para a qual Achilles Frias foi convidado.

Realizado pela Fundação Escola Superior de

Direito Tributário (FESDT), o Congresso contou com a presença de dezenas de Procuradoras e Procuradores da Fazenda Nacional, dentre os quais as filiadas Denise Lucena, Lana Borges, Simone Anacleto e Telma Gutierrez e os filiados João Grognet e Rafael Degani. Além dos debates, o *XXI Congresso de Direito Tributário em Questão* proporcionou o contato com Colegas do Rio Grande do Sul e a análise de questões particulares da PRFN 4.ª Região. ●





# Aula Magna do curso “Democracia e Combate à Desinformação”

Representado pela então vice-presidente Iolanda Guindani e pelo diretor Roberto Rodrigues, o SINPROFAZ compareceu, no dia 11 de abril, à Aula Magna do curso “Democracia e Combate à Desinformação”, lançado pela Escola Superior da AGU. A aula teve como professor convidado o ministro Luís Roberto Barroso, do Supremo Tribunal Federal. Realizado em Brasília, DF, o evento inaugural foi prestigiado pelo Advogado-Geral da União, Jorge Messias; pelo diretor-geral da Escola Superior da AGU, João Carlos Souto, ex-presidente do Sindicato; e pela procuradora nacional da União de Defesa da Democracia, Natália Vilar, empossada na ocasião.

A mesa de honra foi composta também pelo presidente do Superior Tribunal Militar, Francisco Joseli Parente Camelo, e pelo vice-presidente do Tribunal Superior do Trabalho, Aloysio Corrêa da Veiga. O desembargador do Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro e ex-presidente do SINPROFAZ, Allan Titonelli Nunes, marcou presença na Aula Magna, assim como Advogados Públicos e privados, integrantes de representações diplomáticas e Membros do Ministério Público. Durante o evento, os presentes conheceram um pouco mais sobre o curso “Democracia e Combate à Desinformação”, que teve cerca de 80 dias de duração e contou com professores nacionais e estrangeiros.

## Aula Magna

Ao longo da aula inaugural do curso, Luís Roberto Barroso destacou que a liberdade de expressão é tratada como liberdade preferencial em muitas partes do mundo, especialmente por três razões: ela é importante para a democracia, pois propicia a circulação de opiniões; é essen-



*João Carlos Souto, Roberto Rodrigues, ministro da AGU Jorge Messias e Iolanda Guindani*

cial para a busca da verdade possível e plural; e é fundamental para a dignidade da pessoa humana, pois os indivíduos têm necessidade de se manifestar. “A desinformação deliberada, os discursos de ódio e as teorias conspiratórias abalam a liberdade de expressão. Por isso, os mesmos três fundamentos que promoveram o tratamento especial dela exigem, agora, a regulação das mídias sociais, de modo que a liberdade de expressão não seja completamente destruída”, afirmou o ministro.

O público também assistiu a exposições sobre a importância do trabalho a ser desenvolvido pela Procuradoria Nacional da União de Defesa da Democracia. De acordo com Jorge Messias, “a criação da PNDD foi uma das primeiras iniciativas concretas do novo governo na estruturação de um conjunto de mecanismos institucionais para salvaguarda do Estado frente a ameaças reais aos pilares da democracia”. Nesse sentido, João Carlos Souto ressaltou o ineditismo do curso “Democracia e Combate à Desinformação”, que representa a conexão, promovida pela AGU, “entre a proposta normativa da Procuradoria Nacional da União de Defesa da Democracia e o debate acadêmico a respeito do tema da desinformação”. ●



*Ministro do STF Luís Roberto Barroso com diretores do SINPROFAZ e João Carlos Souto*



*O desembargador do TRE-RJ Allan Titonelli Nunes e o consultor político Antonio Augusto de Queiroz também estiveram no evento*

## II Congresso Internacional de Direito Tributário – A Tributação na Sociedade em Rede

**P**rocuradoras e Procuradores da Fazenda Nacional compareceram ao evento promovido pelo Instituto de Aplicação do Tributo (IAT). Realizado com o apoio do SINPROFAZ, o *II Congresso Internacional de Direito Tributário* reuniu especialistas dos setores público e privado, que atuam com o direito tributário no Brasil e no exterior. O Congresso foi coordenado pelo presidente do IAT, Tacio Lacerda Gama, e teve, na mesa de abertura, a presença da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional, Anelize Ruas.

### Participação da Carreira

Para que a Fazenda pública pudesse expor suas perspectivas a respeito dos diversos temas em pauta, o SINPROFAZ garantiu a participação de filiadas e filiados. No Congresso, a Carreira foi representada por Cláudia Trindade, Cristiano Neuenschwander, Denise Lucena, João Grognet, Juliana Furtado, Lana Borges, Leonardo Alvim, Manoel Tavares, Maria Dionne Felipe, Paulo Mendes e Rita Nolasco, além do então presidente do SINPROFAZ, Achilles Frias, e da Procuradora-Geral, Anelize Ruas. Ao longo do evento, os PFNs palestraram sobre temas como a consensualidade tributária mediante a transação e a arbitragem, a tributação nos tribunais superiores, as transformações do processo tributário e as questões tributárias relacionadas à economia verde.



A participação no Congresso possibilitou que os Colegas apresentassem a visão da PGFN à comunidade tributária nacional e internacional e marcassem posição no evento, que reuniu uma pluralidade de opiniões a respeito das tendências do direito tributário no Brasil e no mundo. Na oportunidade do Congresso, os Colegas abordaram, com ênfase, os novos e bem-sucedidos institutos da PGFN, desenvolvidos a partir da posição vanguardista da Instituição. Às Procuradoras e aos Procuradores da Fazenda Nacional que compareceram ao *II Congresso Internacional de Direito Tributário – A Tributação na Sociedade em Rede*, o SINPROFAZ parabeniza pelas valiosas exposições. ●





## 30 anos da Advocacia-Geral da União

Essa importante data foi comemorada em evento realizado com apoio do SINPROFAZ, em maio, na sede da Ordem dos Advogados do Brasil em Palmas, TO. Na ocasião, o Sindicato foi representado pela então vice-presidente Iolanda Guindani, que levou os cumprimentos sindicais às Advogadas Públicas e aos Advogados Públicos lotados no estado.

A dirigente associativa destacou, em fala aos presentes, os avanços promovidos no âmbito da AGU nos últimos anos. Iolanda Guindani ressaltou, no entanto, a importância da luta permanente em favor de novos progressos, como a criação da carreira de apoio – uma das principais demandas dos Membros da Advocacia Pública Federal.

“Esperamos que a carreira de apoio seja regularizada o mais brevemente possível. Temos essa confiança nos gestores da AGU, que, de forma ativa, ética e eficiente, vêm atuando em prol dessa e de outras pautas também relevantes, como a defesa da democracia e dos interesses de brasileiras e brasileiros”, discursou a vice-presidente do SINPROFAZ. ●



## Saúde Mental e Qualidade de Vida na PFN

O então presidente do SINPROFAZ, Achilles Frias, esteve reunido com Cristiano Costa, psicólogo coordenador do Projeto do SINPROFAZ de Saúde Mental e Qualidade de Vida na PFN. O Projeto atende às demandas de filiadas e filiados por ações relacionadas ao cuidado e à prevenção no âmbito da Carreira. Cristiano Costa (CRP 03/02105) é analista junguiano e diretor executivo da PSYCH – Psicologia Clínica & Organizacional.

### Atendimento Emergencial

Ao longo do encontro, Cristiano Costa enfatizou a importância da utilização, por diretores e delegados do SINPROFAZ, do e-mail [saudemental@sinprofaz.org.br](mailto:saudemental@sinprofaz.org.br). As mensagens enviadas através desse canal de comunicação, que é exclusivo para assuntos de saúde mental,

são recebidas confidencialmente por Costa, com quem os filiados e as filiadas também podem buscar apoio sobre conflitos profissionais e pessoais que estejam vivenciando.

Segundo o psicólogo, “diretores e delegados são, na maioria das vezes, os primeiros a detectar ou conhecer as situações de conflito. A informação via e-mail permite uma apresentação geral da situação do PFN. A partir dessa comunicação inicial, um contato direto é realizado para orientar os envolvidos na busca por um acompanhamento psicológico especializado, bem como preparar as chefias para o melhor acolhimento do Colega. O essencial é que Procuradoras e Procuradores não sejam isolados e que todos façam uso do amparo emergencial que o SINPROFAZ oferece para situações de sofrimento emocional”. ●

## VII Congresso do Contencioso Tributário da PGFN e do FGTS



O SINPROFAZ teve espaço de destaque na mesa de abertura da VII edição do Congresso do Contencioso Tributário da PGFN e do FGTS, em Brasília, no dia 31 de maio. Ao lado da então presidente eleita do Sindicato, Iolanda Guindani, participaram do evento autoridades como os ministros da Fazenda, Fernando Haddad; da Advocacia-Geral da União (AGU) e filiado, Jorge Rodrigo Araújo Messias; do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho; e a anfitriã e filiada, a Procuradora-Geral da Fazenda Nacional Anelize Lenzi Ruas de Almeida.

Em sua exposição, o ministro Fernando Haddad elogiou o trabalho dos Procuradores e das Procuradoras da Fazenda Nacional e destacou a importância da atuação da Carreira para o avanço do país. “Talvez nunca o Estado brasileiro tenha tido tanta dependência do êxito de vocês em virtude de tudo que se passou nos últimos anos, quando a arrecadação federal teve muitas derrotas com perdas significativas no Congresso e na Justiça”, disse. “Vocês têm sido artífices da reconstrução, logo vão poder dizer que ajudaram a reconstruir o Brasil para que o Estado cumpra seu papel institucional, sobretudo para a população mais pobre.”

O ministro da Advocacia-Geral da União (AGU) e filiado, Jorge Messias, também exaltou os números alcançados pela PGFN no último ano. “O tra-

balho da Procuradoria recuperou R\$ 39 bilhões em dívidas com a União e com o FGTS para melhorar a vida da população brasileira, o que nos dá muito orgulho”, salientou. “Estamos marcando a história do país, com mecanismos que criam justiça fiscal e tributária como base na justiça social.”

Em sua fala, Iolanda Guindani agradeceu os ministros pelas palavras e destacou que o congresso é importante para que os servidores da PGFN permaneçam unidos em defesa dos recursos públicos brasileiros. “A reunião presencial potencializa nossa energia e reforça nosso sentimento de pertencimento”, comentou.

Direcionando-se à Procuradora-Geral da Fazenda Nacional e filiada, Anelize Lenzi, Iolanda



O Ministro da Fazenda, Fernando Haddad, participou da abertura do VII Congresso

também registrou uma demanda da categoria, pedindo atenção ao tema. “É nosso desejo que seja aprovado o projeto de lei da carreira de apoio, uma luta muito antiga que impacta nossa saúde física e mental”, ressaltou. A presidente eleita do SINPROFAZ depois acrescentou: “O investimento na estrutura da PGFN vai permitir a superação dos já altos recordes de arrecadação e, conseqüentemente, o fortalecimento da AGU junto aos demais órgãos de governo”.

O ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, também exaltou a importância dos Procuradores e das Procuradoras para o momento do Brasil. “Vocês têm uma grande responsabilidade na reconstrução do país, temos uma grande tarefa, porque nossos fundos públicos estão sob ataque especulativo, as estruturas públicas sofreram muito nesse último período, portanto o país dependerá muito da AGU e da PGFN”, afirmou.



O VII Congresso do Contencioso Tributário da PGFN e do FGTS teve apoio do SINPROFAZ e durou três dias, tratando de temas de grande interesse atual, como reforma tributária, políticas públicas com diversidade, estratégias na defesa e cobrança de crédito, tributação e economia digital. ●

## Diagnóstico de Saúde Mental foi tema de reunião com a filiada Cláudia Trindade

Os resultados do Diagnóstico de Saúde Mental realizado pelo SINPROFAZ foram o tema central do encontro entre o Sindicato, representado pela então vice-presidente Iolanda Guindani, e a filiada Cláudia Trindade, assessora especial de Diversidade e Inclusão da AGU. A reunião ocorreu na sede da Advocacia-Geral da União, em Brasília, DF, e teve também a participação do psicólogo Cristiano Costa, coordenador do Projeto do SINPROFAZ de Saúde Mental e Qualidade de Vida na PFN. Iniciativas pioneiras de trabalho junto à Carreira, aos servidores e às lideranças da Instituição foram discutidas na oportunidade.

De acordo com Cláudia Trindade, as conclusões do estudo tangenciam temas sensíveis, como as questões de gênero, o racismo, o etarismo, a homossexualidade e a sobrecarga



de trabalho. Por isso, as informações do Diagnóstico serão úteis à AGU no momento da proposição de políticas que visem, por exemplo, estimular o sentimento de pertencimento da Carreira e superar estigmas relacionados à saúde mental.

### Sobre Cláudia Aparecida de Souza Trindade

Cláudia Aparecida de Souza Trindade é assessora especial de Diversidade e Inclusão da AGU. Procuradora da Fazenda Nacional desde 1993. Doutora em Direito Econômico e Financeiro (USP). Especialista em Direito Privado (UFPR) e em Administração Pública (FGV). Membro do coletivo Tributos a Elas, do grupo de Pesquisa da FGV Tributação e Gênero e do coletivo PFNs de Todas as Cores. Conselheira da OAB-DF. ●



# Lançamento do Comitê de Diversidade e Inclusão da AGU

O auditório da Escola Superior da AGU (ESAGU), em Brasília, DF, sediou o lançamento do Comitê de Diversidade e Inclusão da Advocacia-Geral da União, no dia 1.º de junho. O evento, ao qual compareceram a então presidente eleita do SINPROFAZ, Iolanda Guindani, diversas autoridades e outras representações sindicais, começou com uma Aula Magna do ministro dos Direitos Humanos e da Cidadania, Sílvio Almeida.

Para o ministro-chefe da AGU e filiado, Jorge Messias, a criação do Comitê é um marco histórico da Instituição. “A retomada da agenda de diversidade requer uma mudança estrutural nas políticas públicas e na cultura organizacional das instituições. Devemos servir de exemplo para a sociedade, contribuindo para a geração de bem-estar coletivo”, pontuou. “Essa assessoria especial vai trazer para a AGU a atualidade das questões que estão no seio da sociedade brasileira, promovendo um cenário de acolhimento e respeito às diferenças e repercutindo inclusive na vida de todos os servidores para além do trabalho.”

Em sua apresentação, o ministro Sílvio Almeida destacou a importância do combate ao racismo estrutural e institucional. “Ele surge de determinadas condições da organização social e política e do mundo, que fazem com que os atos



*Cláudia Trindade, ministro Sílvio Almeida e Iolanda Guindani*

que consideramos racistas, do ponto de vista individual, só consigam ser reconhecidos como tal porque existe um pano de fundo que permite a cada um de nós identificar a violência”, explicou.

O ministro também pediu que todos se atentassem para sua responsabilidade no combate ao racismo. “Esse é um problema que não vai ter solução na nossa geração, o que não significa que não tenhamos que fazer a nossa parte. O que eu quero é abrir espaço para que outras pessoas que venham depois de mim possam viver em um mundo muito melhor do que eu vivi”, reforçou Almeida.



*João Carlos Souto, Iolanda Guindani e Heráclio Camargo, corregedor-geral da AGU*



*Ministro Jorge Messias e a então presidente eleita do SINPROFAZ*

A assessora especial de Diversidade e Inclusão e filiada, Cláudia Aparecida Trindade, agradeceu pela criação do espaço, reforçando que o grupo vai tratar do espaço de mulheres, de negros e negras, de pessoas LGBTQIAP+, de pessoas com deficiência e de pessoas com mais de 60 anos na AGU, assim como das necessidades e particularidades de cada. “Na AGU, as lideranças estão verdadeiramente envolvidas nessa questão, o que faz diferença, porque o tempo da diversidade e da inclusão já começou”, comentou.

Ao acompanhar o evento como convidada, a presidente eleita do SINPROFAZ exaltou a importância de se discutir a pauta da diversidade e inclusão para todas as carreiras de Estado. “É necessário que todos nós nos envolvamos na busca pelo respeito às diferenças em todos os âmbitos”, afirmou. “No SINPROFAZ, também estamos atentos a esse assunto, inclusive ao colocarmos na presidência uma mulher, demonstrando que temos espaço na nossa Instituição.”



Também participaram da cerimônia o diretor da ESAGU e ex-presidente do SINPROFAZ, João Carlos Souto; o corregedor-geral da AGU e ex-presidente do SINPROFAZ, Heráclio Camargo; a secretária-geral de Consultoria, Clarice Calixto; o secretário de Controle Interno, Diogo Luiz da Silva, e o presidente da Comissão de Igualdade Racial da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Beethoven Andrade. ●

## Reunião com o deputado federal Alexandre Lindenmeyer

No dia 12 de abril, a então vice-presidente Iolanda Guindani e o delegado sindical Rafael Colembergue reuniram-se com o deputado federal Alexandre Lindenmeyer (PT-RS). Do encontro, realizado na Câmara dos Deputados, também participou Paulo Rodrigues, chefe de gabinete do parlamentar.

Os representantes do SINPROFAZ apresentaram temas relacionados ao serviço público e ao comprometimento dos PFNs com políticas que visem à diminuição da desigualdade social no país. Em tempo, colocaram o Sindicato à disposição do gabinete para que, por meio de ferramentas como o Sonogômetro, o SINPROFAZ possa oferecer informações técnicas que enriqueçam os debates em torno da reforma tributária.



*Paulo Rodrigues, deputado Alexandre Lindenmeyer, Iolanda Guindani e o delegado sindical Rafael Colembergue*

### Sobre Alexandre Lindenmeyer

Natural de Rio Grande, RS, foi prefeito do município por dois mandatos (2013-2020), tendo atuado também como deputado estadual no Rio Grande do Sul (2011-2012). É bacharel em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande (FURG). ●

## O desafio do governo Lula 3

*Antonio Augusto de Queiroz\**

O desafio do presidente Lula neste terceiro mandato é repetir, em condições adversas, o que fez nos 2 primeiros, nos quais combinou, pela primeira vez no Brasil, crescimento econômico, redução de desigualdades e equilíbrio das contas públicas. A diferença é que a herança deixada por Michel Temer (MDB) e Jair Bolsonaro (PL) é infinitamente pior que a deixada por Fernando Henrique Cardoso (PSDB), a começar por marcos regulatórios que reduziram ou mesmo retiraram a capacidade de o governo fazer entregas, como as restrições fiscais e o engessamento das estatais para contribuírem com as políticas públicas.

Os governos Temer e Bolsonaro, além das amarras fiscais e das restrições impostas à atuação das empresas estatais, desregulamentaram direitos, desmontaram a máquina pública, e desativaram os mecanismos de fiscalização e controle do Estado — especialmente em questões trabalhista, ambiental e de direitos humanos — e também entregaram a gestão do orçamento aos partidos fisiológicos do Congresso Nacional, que ganharam poder extraordinário sobre o Executivo.

Além disto, neste terceiro mandato, o presidente Lula herdou um País dividido e com excesso de demandas em todas as áreas de atuação do Estado, além do Congresso e de setores de mercado viciados pelas concessões feitas pelos governos anteriores, que agradaram a ambos em troca de apoio para concluir seus mandatos.

De um lado, as concessões feitas por aqueles governos aos partidos em troca de apoio no Congresso, como o aumento exagerado dos fundos eleitorais, partidários e das emendas parlamentares, inclusive com o chamado orçamento secreto, e a entrega da gestão do Orçamento Público aos partidos do Centrão, deram poder extraordinário à essas forças políticas, majoritariamente formadas por partidos conservadores e controlados pelo mercado, fazendo dessas vetor de resistência à aprovação e implementação da agenda progressista referendada pelas urnas na eleição presidencial de 2022.



De outro, a desregulamentação da economia e das relações de trabalho, combinado com a desativação da fiscalização do Estado em todas as áreas naquele período, deram ao mercado o discurso de que o País precisa de previsibilidade e de segurança jurídica e que, portanto, a revisão de marcos legais, mesmo aqueles completamente absurdos, como o voto de qualidade ao contribuinte no Carf, caracterizaria ausência de incentivo ao investimento ou perseguição ao mercado. É um desafio e tanto.

Para fazer as entregas que prometeu na campanha, o presidente Lula terá que superar muitos obstáculos, sobretudo de natureza política. E, nesse particular, precisa reforçar 2 setores: a comunicação e a coordenação de governo, pois na área econômica já conta com equipe de qualidade — Fernando Haddad (Fazenda), Simone Tebet (Planejamento) e Geraldo Alckmin (Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviço) — e que possui boa aceitação no mercado, na mídia e no Parlamento, apesar da postura divergente do presidente do Banco Central, indicado pelo governo anterior para mandato de 4 anos, que se encerra em dezembro de 2024.

### Comunicação de governo

A comunicação tem sido ponto fraco do governo, tanto no método quanto no conteúdo. No método, tem priorizado mais a resposta à oposição do que as realizações de governo, além de não ter sido criativa na retomada de programas sociais, que voltaram com os mesmos nomes e com carimbo de coisa antiga.

E no conteúdo, anúncios têm sido feitos por ministérios setoriais sem a coordenação da Casa Civil, da Secom e da Presidência da República, sendo posteriormente desautorizados, com enorme desgaste para a unidade e credibilidade do governo.

Uma forma de resolver isto seria, de um lado, o Presidente da República determinar que nenhuma iniciativa sobre política pública pudesse ser anunciada sem análise prévia da compatibilização com as diretrizes de governo e da viabilidade



política e jurídica, o que pressupõe passar antes pela Secretaria de Relações Institucionais e pelas Secretarias Especiais da Casa Civil de Análise Governamental e Assuntos Jurídicos e, de outro, priorizar a divulgação da agenda positiva de realizações do governo frente à agenda negativa de resposta à oposição, para reforçar a proatividade do governo, como aconteceu com a recriação do Conselho com o acréscimo da palavra “Sustentável” e no anúncio de antecipação do 13.º dos aposentados e pensionistas do INSS, que ajudam a injetar recursos na economia.

### Coordenação eficiente do governo

Já a coordenação eficiente do governo se impõe basicamente por 2 razões: a transversalidade temática entre os diversos ministérios, para que todos falem a mesma linguagem, e a necessidade de respostas tempestivas às demandas e indagações do Parlamento, cuja reação tem sido mais em decorrência de desencontro no governo do que propriamente de hostilidade às propostas governamentais.

Demonstram isso o caso das MP sem conversa prévia com partidos da base e a demora nas explicações a respeito dos decretos de saneamento básico, que a Câmara entendeu como desdém dos ministérios demandados: Casa Civil e Cidades.

Com composição muito próxima daquela vivenciada durante o governo Bolsonaro, inclusive com a continuidade da direção das Casas, o Congresso ganhou muito poder nos últimos anos e vai precisar de atenção especial por parte da coordenação de governo.

Além das bancadas informais, que possuem muito poder de pressão no Congresso — agronegócio, evangélica e segurança — o diálogo mais urgente é com os partidos políticos, que estão organizados em 4 grandes blocos no interior da Câmara dos Deputados:

- 1 composto informalmente pelos partidos de esquerda — federações PT, PCdoB e PV; e PSol/Rede;
- 1 integrado formalmente por forças do Centro e partidos de centro-esquerda – União, PP, Federação PSDB/Cidadania, PDT, PSB, Avante, Solidariedade e Patriota;
- outro constituído formalmente pelos partidos MDB, PSD, Republicanos, Podemos e PSC; e
- por fim, o bloco informal de oposição,

formado basicamente pelo PL e o Novo. O PL possui pelo menos 60% da composição que não é fundamentalista nem bolsonarista.

### Secretaria de Relações Institucionais

A Secretaria de Relações Institucionais, para fortalecer a relação com o Congresso, vai precisar estreitar mais os laços com os partidos da base de apoio ao governo, coordenando melhor o contato com os líderes do governo e dos partidos da base, mas também vai necessitar ser empoderada e receber reforço em sua estrutura, afinal sua atuação inclui, além da interlocução com o Poder Legislativo, a relação com os entes federativos e, por intermédio do Conselho, com setores do mercado e da sociedade civil.

Esse fortalecimento deve envolver a capacidade de mobilização de parlamentares da base governista para o enfrentamento em plenário com intervenções, discursos e pronunciamentos em favor do governo, de forma a reduzir o predomínio dos discursos oposicionistas nos veículos de comunicação do Congresso, como ocorre com a *Voz do Brasil*, em que parlamentares de Oposição, com frequência, dominam o tempo com virulentos ataques ao governo, até mesmo apelando para *fake news*.

### Rever métodos e melhorar a coordenação intergovernamental

Para o presidente Lula repetir no atual mandato a performance dos mandatos anteriores, o governo vai precisar rever seus métodos e melhorar a coordenação intergovernamental, bem como a comunicação interna e externa do Poder Executivo, inclusive com unidade de linguagem e prioridade na divulgação de ações governamentais.

Sem relação cooperativa do Congresso, dos entes subnacionais e do empresariado, o governo terá dificuldade na aceitação e implementação de agenda prioritária que deseja implementar. ●

---

*\*Jornalista, analista e consultor político, mestre em Políticas Públicas e Governo pela FGV. É sócio-diretor das empresas “Consillium Soluções Institucionais e Governamentais” e “Diálogo Institucional Assessoria e Análise de Políticas Públicas”. Foi diretor de Documentação do Diap e é membro do CDESS (Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social Sustentável da Presidência da República) – Conselho*

## Quarenta anos da ANAPE

Representando o SINPROFAZ, a então presidente eleita Iolanda Guindani prestigiou o evento que comemorou o aniversário de 40 anos da Associação Nacional dos Procuradores dos Estados e do Distrito Federal (ANAPE), no dia 1.º de junho. Representantes de procuradorias de diversos estados compareceram e receberam homenagens como servidores públicos que lutam pela democracia.

O presidente da ANAPE, Vicente Martins Prata Braga, agradeceu aos presentes, destacou o esforço da Advocacia Pública para defender os interesses da população brasileira e pediu a aprovação da PEC n.º 82/2007. “Um dos pontos que a gente busca é a autonomia para desempenhar nossas atribuições sem interferência política ou não republicana, cumprindo nossa função essencial garantida pela Constituição”, salientou.

Iolanda Guindani parabenizou o presidente da entidade homenageada pessoalmente, reforçando o apoio do Sindicato a todos os demais procuradores do país. “Nossa função coletiva é zelar pelo



*Telmo Lemos, ex-presidente da ANAPE, e Iolanda Guindani*

patrimônio da administração pública, garantindo que os bens e os valores do Brasil sejam preservados por meio do combate à corrupção”, salientou. “Por isso devemos sempre ter autonomia e visar o trabalho em conjunto pelo bem do país, dos Estados e dos Municípios.” ●



*Deputado federal Efraim Filho (União Brasil-PB)*



*Vicente Braga, presidente da Associação*



# Homenagem do Conselho Federal da OAB ao Dia da Advocacia Pública

A Comissão Nacional de Advocacia Pública do Conselho Federal da OAB promoveu, nos dias 9 e 10 de março, o evento *Advocacia Pública – O Papel do Advogado Público na Consolidação dos Direitos*. A homenagem às Advogadas e aos Advogados Públicos foi prestigiada pela então vice-presidente do SINPROFAZ, Iolanda Guindani. As prerrogativas dos Membros da Advocacia-Geral da União e os desafios no dia a dia do desempenho da Função foram destacados durante as exposições.

Entre as autoridades presentes na solenidade de abertura estiveram o Advogado-Geral da União e filiado, Jorge Messias; o presidente da OAB Nacional, Alberto Simonetti; a Procuradora-Geral da Fazenda Nacional e filiada, Anelize Ruas; a presidente da Comissão Nacional de Advocacia Pública do CFOAB e filiada, Maria Dionne Felipe; o presidente da OAB-DF, Délio Lins e Silva; e a vice-presidente da Comissão da Advocacia Pública Federal da OAB-DF, a filiada Jersilene Moura. Na qualidade de representante sindical da Carreira, Iolanda Guindani foi chamada para o palco do evento.



*Iolanda Guindani com o AGU Jorge Messias*



*Délio Lins e Silva, presidente da OAB-DF*



*Alberto Simonetti, presidente da OAB Nacional, e Jersilene Moura, vice-presidente da Comissão de Advocacia Pública da OAB-DF*



*Maria Dione Felipe, presidente da Comissão Nacional de Advocacia Pública do CFOAB, e a PGFN Anelize Ruas*



### Exposições

Ao abrir as falas da mesa de honra, Alberto Simonetti ressaltou que “a valorização da Advocacia Pública implica o investimento da sociedade nas carreiras de Estado habilitadas, por exemplo, para a defesa dos interesses da Fazenda em juízo ou fora dele”. O presidente da OAB Nacional ainda parabenizou Advogadas Públicas e Advogados Públicos por tanto contribuírem para que a “Ordem dos Advogados do Brasil cumpra sua missão constitucional e mantenha intacto seu compromisso com a ética, com as prerrogativas da advocacia e com a defesa do Estado Democrático de Direito”.

O Advogado-Geral da União, por sua vez, deu destaque à missão da AGU. Ao abordar o desafio imposto pela desinformação e pelos ataques à democracia, Messias afirmou que “não iremos nos afastar da luta pela reparação do patrimônio moral e material afetado pelos atos terroristas de 8 de janeiro”. Segundo o ministro, no entanto, a

Instituição também vem se debruçando sobre outros temas atuais: “O desafio da sustentabilidade e das mudanças climáticas exige de nós uma nova postura institucional”. Por fim, o AGU agradeceu as contribuições da Ordem e lembrou que “a OAB nunca hesitou em apoiar os pleitos da advocacia pública federal”.

Maria Dionne Felipe também fez uso da palavra na oportunidade do evento. Em consideração ao Dia Internacional da Mulher, a filiada cumprimentou as Advogadas presentes, ocasião em que destacou a necessidade da luta permanente em prol da efetiva igualdade entre mulheres e homens. A presidente da Comissão Nacional de Advocacia Pública ainda anunciou o lançamento futuro de uma campanha sobre a “Advocacia Pública sem assédio no âmbito da AGU”. Idealizada em conjunto com a Comissão Nacional da Mulher Advogada, a campanha promoverá ações em nível nacional, estadual e municipal. ●





## SINPROFAZ presidiu mesa de debates

O Sindicato, representado pela então vice-presidente Iolanda Guindani, coordenou a mesa de debates realizados ao longo do painel *A Fazenda Pública e o sistema de precedentes judiciais*. As exposições integraram a programação do evento *Advocacia Pública – O Papel do Advogado Público na Consolidação dos Direitos*, promovido pela Comissão Nacional de Advocacia Pública do Conselho Federal da OAB e acompanhado por Rogério Favreto, desembargador federal do TRF da 4.<sup>a</sup> Região.

Ao dar início às falas dos integrantes da mesa, Iolanda Guindani ressaltou o prazer de conduzir as discussões e, em sintonia com o tema do sistema de precedentes judiciais, lembrou os avanços da Advocacia-Geral da União. “Ingressei na PGFN em 2000 e, desde então, muita coisa mudou. Graças à evolução da AGU, hoje temos uma

Instituição muito mais proativa, com dispensas e casos em que não precisamos contestar ou recorrer. Somos Função Essencial à Justiça e temos que nos comportar de acordo”, destacou.

### Presenças

O painel *A Fazenda Pública e o sistema de precedentes judiciais* contou com palestra do filiado Paulo Mendes, coordenador-geral da atuação da PGFN no STF. Os Advogados da União Ana Karenina e Marco Aurélio Peixoto também compuseram a mesa de expositores. Ao declarar o encerramento dos debates, a vice-presidente do SINPROFAZ reiterou os agradecimentos à filiada Maria Dionne Felipe, presidente da Comissão Nacional de Advocacia Pública. Segundo Iolanda Guindani, a Colega vem liderando a Comissão com muita competência, atuando sempre de modo firme e humano. ●



## Sessão solene em homenagem aos 73 anos da ANFIP

O SINPROFAZ esteve presente à sessão solene em homenagem aos 73 anos da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (ANFIP). A cerimônia, realizada no dia 19 de junho, no Plenário da Câmara dos Deputados, foi presidida pelo deputado federal Bohn Gass (PT-RS) e prestigiada por parlamentares como Erika Kokay (PT-DF), Pedro Uczai (PT-SC) e Gilvan Maximo (Republicanos-DF). O Sindicato foi representado pela então presidente eleita Iolanda Guindani.

Juntamente com o deputado Bohn Gass, compuseram a mesa da cerimônia o presidente da ANFIP, Wilson Romero; o presidente do Movimento Nacional dos Servidores Públicos Aposentados e Pensionistas (Instituto Mosap), Edison Haubert; o secretário do Regime Próprio e Complementar do Ministério da Previdência, representante do ministro Carlos Lupi, Paulo Roberto dos Santos Pinto; e a representante do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, Gisele Lemos Kravchychyn.

Para o SINPROFAZ, os 73 anos alcançados pela ANFIP revelam a robustez da entidade, assim como sua capacidade de atuar de forma estratégica e assertiva. Por isso, o Sindicato deseja estreitar os laços de parceria com a Associação. “Unidos no diálogo, SINPROFAZ e ANFIP são capazes de debater temas de interesse comum dos Procuradores da Fazenda Nacional e dos auditores fiscais da Receita Federal. O consenso entre as entidades tem o condão de beneficiar não apenas filiadas e filiados, como também toda a sociedade brasileira”, afirmou Iolanda Guindani. ●



*Deputado federal Bohn Gass (PT-RS) e a presidente eleita do SINPROFAZ*



*Wilson Romero, presidente da ANFIP*



*Mesa oficial da homenagem e dirigentes associativos convidados*





## O Poder Feminino: entre percursos e desafios. As mulheres perante a legislação, a aplicação do direito e as políticas públicas e tributárias

O SINPROFAZ convida a Carreira para conhecer o segundo volume da obra organizada pelas filiadas Herta Rani Teles Santos e Mônica Ellen Pinto Bezerra Antinarelli. O livro é uma coletânea de artigos produzidos por Procuradoras da Fazenda Nacional, Advogadas da União, procuradoras federais, procuradoras do Banco Central, estudantes e Advogadas privadas.

Ao abordar temas como tributação, orçamento, direito de família e outras questões jurídicas e sociais que caracterizam a sociedade ainda machista e patriarcal, a obra reflete o olhar das autoras a respeito da interseção entre feminismo e questões jurídicas, econômicas e sociais, bem como em relação a problemas decorrentes da desigualdade social no Brasil.

O segundo volume de *O Poder Feminino: entre percursos e desafios* conta com seis capítulos sobre diferentes temáticas:

**Capítulo 1** – A busca pela igualdade, representatividade e visibilidade feminina

**Capítulo 2** – A mulher e suas relações consigo



e com outros: limites e respeito

**Capítulo 3** – A maternidade e seus direitos

**Capítulo 4** – Orçamento e Tributação: indagações e intersecções entre raça e gênero

**Capítulo 5** – Políticas públicas para mulheres: algumas necessidades e problemas a enfrentar

**Capítulo 6** – A igualdade de gênero no mercado de trabalho

Assim como o primeiro volume, a obra se propõe a colaborar com

reflexões e pesquisas acadêmicas e com o avanço da presença feminina nos espaços de debate. Os artigos ampliam a discussão sobre problemas históricos de desigualdade entre mulheres e homens, inclusive com propostas de soluções. *O Poder Feminino: entre percursos e desafios* integra um processo de novo olhar sobre estudos jurídicos de temas que contribuem para a evolução da civilização e das instituições vigentes.

Para adquirir o livro, acesse: [arraeseditores.com.br/pre-venda-o-poder-feminino-entre-percursos-e-desafios-823.html](http://arraeseditores.com.br/pre-venda-o-poder-feminino-entre-percursos-e-desafios-823.html) ●



A obra foi lançada em Fortaleza, CE, no dia 11 de maio, durante o Seminário Liderança Feminina, realizado pelo Tributos a Elas com o apoio do SINPROFAZ. O lançamento aconteceu também em Minas Gerais, na PRFN6, e no Rio de Janeiro, no campus do CEFET

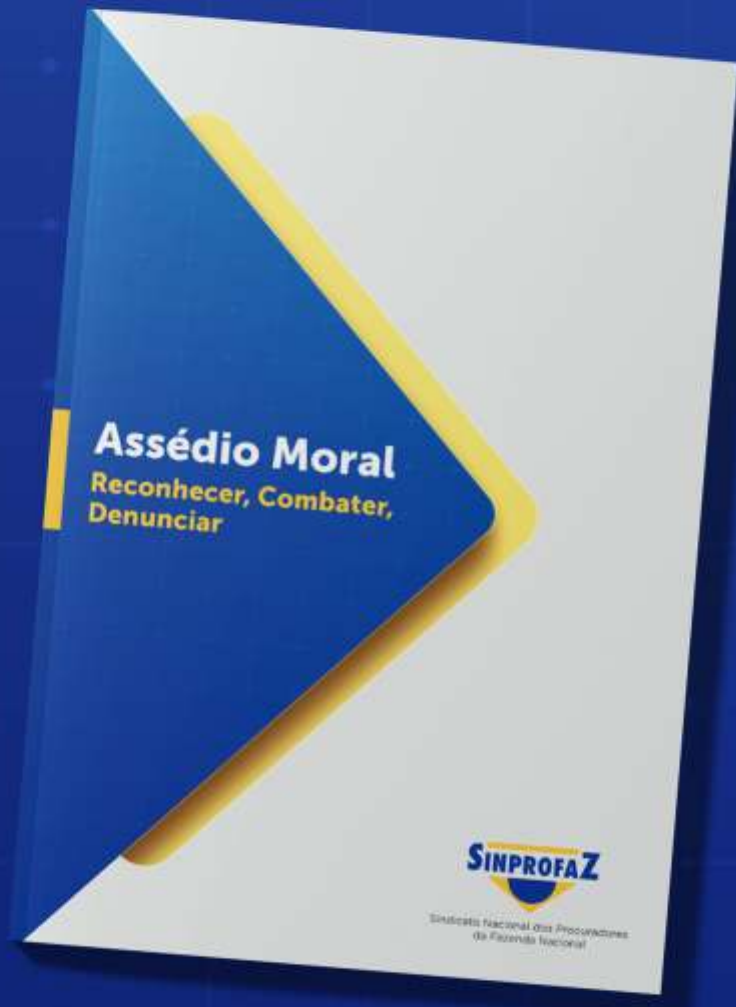
# Assédio Moral

RECONHECER, COMBATER, DENUNCIAR

A cartilha foi lançada de forma pioneira pelo Sindicato. Com a iniciativa, o SINPROFAZ visa ao debate e à conscientização sobre o que é o assédio moral e quais as consequências dele para as vítimas.

Conheça a publicação!

Acesse:



**SINPROFAZ**

Sindicato Nacional dos Procuradores  
da Fazenda Nacional

# SONEGÔMETRO



Os brasileiros estão cada vez mais conscientes de que é preciso exigir do poder público a correta aplicação dos impostos arrecadados, que são recursos essenciais para a execução das políticas públicas. Mas, para que todos compreendam que há uma minoria se beneficiando das fragilidades do sistema de cobrança, a educação fiscal é fundamental.

Acesse: [quantocustabrasil.com.br](http://quantocustabrasil.com.br) e saiba mais sobre a Campanha Nacional da Justiça Fiscal.



Sindicato Nacional dos Procuradores  
da Fazenda Nacional